



**ADVERTÊNCIA**

O Município de Pedreira/SP, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Vale observar também que esse processo não se trata de "Sistema de Registro de Preços", onde decorrerá do mesmo instrumento de contrato.

Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

**Observações:**

**Deverá obrigatoriamente serem incluídas na proposta readequada (a ser apresentada pela licitante vencedora do certame) as marcas e modelos para os itens 01, 03, 08, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17.**

**Para fins de aceitabilidade da proposta, os valores unitários e totais dos itens e consequentemente o valor global, não poderão ser superiores aos orçados pelo Município, constantes na planilha orçamentária (Anexo VI do edital).**

Bruno Henrique de Almeida  
**CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES**  
**SUBSCRITOR DO EDITAL**



**EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DESTINADO À SEGURANÇA DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP – PARTICIPAÇÃO AMPLA**

**CONCORRÊNCIA Nº: 02/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 09/2026**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP – UASG: 986843**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, POR EMPREITA GLOBAL (FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS) PARA O OBJETO AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PARA SEGURANÇA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA-SP, NOS TERMOS DA ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 900.810,12**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/03/2026 às 9h**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>**



**EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2026**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP**, por meio da **DIVISÃO DE LICITAÇÕES**, sediado na Praça Epitácio Pessoa, nº 03 – Centro, Pedreira, Estado de São Paulo – CEP 13.920-013, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha mais vantajosa para a **contratação de pessoa jurídica, por empreita global (fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários) para o objeto Aquisição e Implantação do Sistema de Videomonitoramento para Segurança nas Escolas do Município de Pedreira-SP**, nos termos da **ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

2.6.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



2.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9. Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.





### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



- 4.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 4.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 4.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global do item.



5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. No valor proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. O preço global ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.11. Como o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar o preço máximo previsto no Termo de Referência.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.



6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 500,00**.

**6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.**

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Considerando que foi adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "**aberto**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após



decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.17.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for



desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, elabore a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da proposta readequada, da planilha com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, e do cronograma físico-financeiro, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor global final da proposta vencedora.

6.19.4.1. Esgotado o prazo descrito no subitem 5.19.4, a sessão será retomada em data prevista, onde a licitante, após solicitação formal do Agente de Contratação/Comissão, deverá encaminhar os documentos elaborados e adequados ao valor global final da proposta vencedora.

6.19.4.2. **ALERTA:** os valores a serem apresentados nos documentos, deverão conter 02 (duas) casas decimais, e deverão ser devidamente conferidos, para que se evitem erros de cálculos e demais transtornos desnecessários durante a sessão, visando a celeridade do certame, visto que durante a sessão as propostas são conferidas manualmente através de calculadora.

6.19.4.3. Em caso de divergência entre os valores totais e unitários, prevalecerão os valores unitários.

6.19.4.4. Erros no preenchimento dos documentos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.19.4.5. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.19.4.6. Considera-se erro no preenchimento da planilha e demais documentos passíveis de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.19.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.19.6. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:





7.1.1. SICAF;

7.1.2. Sistema integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

7.1.4. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal 3.816 de 17 de agosto de 2023.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.





7.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.7.1. Por tratar-se de regime de empreitada por preço global, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário que compõe a planilha anexa ao edital;

7.7.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Os documentos em questão encontram-se descritos mais precisamente no **item 9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO - Exigências de habilitação**, do Termo de Referência, conforme abaixo transcritos:

### 8.1.2.1. Habilitação jurídica

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas



Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.1.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.1.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.1.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

8.1.2.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **8.1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira**

8.1.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

8.1.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

8.1.2.3.2.1. Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do Balanço de Abertura, conforme previsto no § 1º, do artigo 65, da Lei nº 14.133/2021;

8.1.2.3.2.2. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

8.1.2.3.2.2.1. Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;



8.1.2.3.2.2.2. As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada extraídos do Livro Diário registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

8.1.2.3.2.2.2.1. Caso os documentos não estejam devidamente autenticados, a empresa deverá providenciar a autenticação nos moldes descritos acima, como condição para a assinatura do contrato, não sendo essa pendência motivo para sua inabilitação.

8.1.2.3.2.2.3. Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício;

8.1.2.3.2.2.4. Os documentos e índices referidos acima deverão ser exigidos: a) para as empresas que NÃO adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer até a data prevista em lei ou nos atos constitutivos da empresa; ou, b) para as empresas que adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED, em conformidade com a Instrução Normativa RFB vigente.

8.1.2.3.2.3. A empresa deverá comprovar sua boa situação econômico-financeira através da apresentação de declaração que apresente o atendimento dos índices econômicos abaixo, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinada por profissional habilitado da área contábil.

**Índice de Liquidez Geral (LG):**

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,00 \text{ (um)}$$

**Índice de Liquidez Geral (LG) Resultado:**

Exercício 202\_:                      Exercício: 202\_:

**Índice de Liquidez Corrente (LC):**

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00 \text{ (um)}$$

**Índice de Liquidez Corrente (LC) Resultado:**

Exercício 202\_:                      Exercício 202\_:

**Índice de Solvência Geral (ISG):**

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,00 \text{ (um)}$$

**Índice de Solvência Geral (ISG) Resultado:**

Exercício 202\_:                      Exercício 202\_:



A empresa que não tiver alcançado os resultados  $\geq 1,00$  (um) para os índices acima, será considerada inabilitada.

**Patrimônio líquido correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação.**

#### **8.1.2.4. Qualificação Técnica**

A empresa deverá estar inscrita no Conselho de Engenharia e Agronomia ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e possuir pessoal com capacidade técnica compatível com o objeto sendo:

- I. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional - prova de que a empresa licitante possui no seu quadro permanente, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, devidamente atestado pelo CREA ou CAU;
- II. A comprovação de capacidade técnico profissional se aperfeiçoará mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, relativo à execução dos serviços pertinente e compatível em características semelhantes com o objeto da licitação;
- III. Declaração de que o profissional detentor da(s) CAT(s) apresentadas, integrará a equipe técnica responsável pela execução dos serviços;
- IV. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível e similar em suas características, com o objeto da licitação.

Demais Requisitos :

1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
2. Apresentar o catálogo(s) ou documento(s) equivalente(s) dos equipamentos e os documentos equivalente(s) deverá(ão) ser do(s) fabricante(s). No(s) catálogo(s) ou documento(s) equivalente(s) deverá(ão) constar a identificação do(s) item(ns) correspondentes(s), bem como as descrições necessárias para comprovar que as características contidas no(s) mesmo(s) preenchem a todos os requisitos estabelecidos nessa Contratação. Em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, os produtos devem satisfazer aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança.
3. Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

No que tange à participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



No que tange a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou preferencialmente, de maneira digital, e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos originais, em cópia simples.**

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Considerando que na presente contratação a avaliação prévia dos locais de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização dos serviços, assegurado a ele o direito de realização de visita técnica.

O licitante que optar por realizar visita técnica terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados na Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania, no telefone (19) 9.99901.9637 ou (19) 3852.2882, com o servidor Paulo Adriano Bueno, ou outro(a) funcionário(s) designado no caso de ausência da mesma, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

Caso o licitante opte por não realizar visita, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico atestando que conhece o local e as condições de realização dos serviços acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à



correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64 e §4º do art. 40 do Decreto Municipal nº 3.816, de 2023):

Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015).

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja





assinado e devolvido no prazo de **03 (três)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br), no link Licitações, junto ao edital de pregão eletrônico correspondente.

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou





- 11.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5. Fraudar a licitação;
- 11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 11.2.1. Advertência;
  - 11.2.2. Multa;
  - 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
  - 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
  - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Decreto Municipal nº 3.816/2023 de 17 de agosto de 2023.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.15. Ademais, deverão ser observadas, também, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no **Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo V** deste edital.

11.2. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>.



## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [licitacaopedreira.doc@gmail.com](mailto:licitacaopedreira.doc@gmail.com).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Deverá ser observado pelo licitante tudo o que está disposto no Termo de repasse nº 952285/2023/MJSP/CAIXA – CR 952285 – OGU 1091.500-76/2023.

**13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br).

**13.11. Os Decretos Municipais citados neste edital encontram-se disponíveis no site [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br), no link “Decretos Licitação”.**



13.12. Como o objeto será custeado com recursos federais, importante observar que a minuta do edital e do termo de contrato seguiram a Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 (atualizada pela IN 79/2024) e os modelos das minutas disponibilizadas pela Advocacia Geral da União (AGU). Observa-se ainda que os Decretos deste município, e que balizaram este edital, foram elaborados também, seguindo os Decretos da Advocacia Geral da União (AGU). Vale ressaltar que esse edital será publicado no Diário Oficial da União.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.12.1. **ANEXO I** – Termo de Referência;

13.12.1.1. **Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar;

13.12.2. **ANEXO II** – Modelo de Planilha de Proposta;

13.12.3. **ANEXO III** – Minuta de Termo de Contrato;

13.12.4. **ANEXO IV** – Termo de Ciência e Notificação;

13.12.5. **ANEXO V** – Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025;

13.12.6. **ANEXO VI** – Planilha Orçamentária;

13.12.7. **ANEXO VII** – Planilha de composição de preços;

13.12.8. **ANEXO VIII** - Quadro de Composição do BDI do Município de Pedreira/SP;

13.12.9. **ANEXO IX** – Cronograma físico – financeiro;

13.12.10. **ANEXO X** – Cronograma Previsto PLE;

13.12.11. **ANEXO XI** – Contrato de repasse e demais documentos;

13.12.12. **ANEXO XII** - Modelo de Quadro de Composição do BDI a ser preenchido.

Pedreira/SP, 27 de fevereiro de 2026.

Bruno Henrique de Almeida  
**CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES**  
**SUBSCRITOR DO EDITAL**



## ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de pessoa jurídica, por empreita global (fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários) para o objeto Aquisição e Implantação do Sistema de Videomonitoramento para Segurança nas Escolas do Município de Pedreira-SP", nos termos da ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, de acordo com a tabela abaixo, e conforme condições exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CODIGO CATSER
01	SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO	21660

O BDI da referida obra é de **25,00%**, conforme quadro de composição de BDI anexo.

O(s) quantitativo(s) foram estimado(s) com base na demonstração constante na planilha orçamentária, constante nos autos do processo.

O projeto executivo consiste em todo conjunto composto por caderno técnico, plantas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, memórias de cálculos, cronogramas, tabelas de referência de custos, etc, ou seja, todos documentos necessários para minimizar a probabilidade de erros na execução da obra ou serviço, de forma a garantir a eficiência da contratação, documentos esses anexos ao processo.

O prazo de execução do objeto será de **90 (noventa) dias**, conforme cronograma físico-financeiro elaborado anexo ao processo. Qualquer prorrogação dos prazos aqui definidos, estará subordinada ao Art. 111 e Art. 115 § 5 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação visa atender à necessidade de implantação de um Sistema de Videomonitoramento para Segurança nas Escolas do Município de Pedreira/SP, conforme diretrizes estabelecidas no Contrato de Repasse nº 952285/2023/MJSP/CAIXA. A medida é essencial para o fortalecimento das ações de prevenção, resposta e gestão de riscos no ambiente escolar, diante do aumento nacional de ocorrências que ameaçam a integridade de alunos, servidores e da comunidade educacional.

Durante as análises técnicas e visitas realizadas pela equipe responsável, verificou-se a inexistência de infraestrutura capaz de proporcionar vigilância contínua e integrada entre as unidades escolares e o Centro de Operações da Guarda Municipal. A ausência de monitoramento adequado compromete a capacidade de resposta a situações de risco, reduz a eficácia das rondas escolares e dificulta a atuação preventiva baseada em evidências.

O sistema proposto permitirá vigilância em tempo real, registro seguro de imagens conforme cadeia de custódia, integração à INFOVIA Municipal, suporte às ações de patrulhamento, aumento da percepção de segurança e geração de dados estratégicos para tomada de decisão. A implantação de câmeras com tecnologia adequada, rede padronizada, servidores de gravação e integração operacional constitui solução tecnicamente



indispensável para assegurar ambiente escolar protegido e aderente às políticas nacionais de segurança pública.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada justifica-se pela complexidade técnica envolvida, pela necessidade de interoperabilidade entre equipamentos e pela obrigação legal assumida pelo Município no âmbito do programa federal financiador. Trata-se de ação estratégica e necessária para garantir proteção, eficiência operacional e atendimento pleno ao interesse público.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e seus anexos (apêndice desse Termo de Referência).

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O detalhamento dos requisitos necessários para a contratação do presente objeto, como as especificações técnicas, prazo, suporte, condições de implantação estão detalhadas nos Cadernos de especificações técnicas, os quais fazem parte deste Estudo Técnico Preliminar.

Todavia pela legislação a classificação do serviço, seja serviço comum de engenharia, por equivaler em ações objetivamente padronizáveis quanto ao desempenho e à qualidade, trata-se de um objeto que demanda conhecimentos técnicos especializados, utilização de equipamentos adequados e aplicação de materiais em conformidade com as normas técnicas. Por essa razão, entende-se necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, com vistas à execução dos serviços ora em pauta. Os quais deverão ser executados em regime de contratação indireta, no qual a Administração transfere à contratada a execução do objeto, mantendo-se responsável pela fiscalização plena das atividades, enquanto o contratado assume os encargos civis, trabalhistas, tributários, previdenciários e os riscos inerentes ao empreendimento.

A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Sujeição às normas técnicas e legais

Deverão ser seguidas as normas vigentes relacionadas à todos os serviços previstos que garantam a boa prática na execução dos serviços bem como a qualidade dos materiais empregados, e ainda, todas as normas aplicáveis de segurança do trabalho.

Critérios de sustentabilidade socioambiental

O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública através do descarte correto de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão; racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; substituição das substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; separação e acondicionamento em recipientes adequados para destinação específica dos resíduos de obras, separando o que pode ser reaproveitado e reciclado, demonstrando os procedimentos utilizados para recolhimento adequado dos materiais; do recolhimento dos materiais inservíveis e aplicação da política reversa se for o caso, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento, e encaminhamento adequado dos materiais.





Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados aos produtos.

Devendo ainda a contratada obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

### **Requisitos de qualidade**

Deverão ser seguidas as especificações constantes no caderno e seus anexos.

Dentre os aspectos relevantes a serem considerados durante o processo, deverão ser priorizados a avaliação das condições existente e os objetivos almejados.

Antes de iniciar o serviço, é essencial realizar uma avaliação detalhada das condições de cada um dos locais previamente selecionado, identificando possíveis interferências que possam prejudicar a execução dos serviços, inclusive por meio de inspeções visuais.

Para a plena execução, é fundamental planejar e implementar medidas adequadas de gestão, a fim de cumprir com o cronograma físico, garantindo assim a entrega dentro do prazo contratado.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A **CONTRATADA** se compromete pelo presente à:

Comunicar imediatamente o Contratante qualquer ocorrência ou anormalidade na execução dos serviços.

Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas Técnicas, com estrita observância da legislação em vigor.

Designar profissionais capacitados, para o cumprimento do objeto do contrato.

Empregar, na execução dos serviços contratados, quer nas dependências do **CONTRATANTE**, quer nas suas próprias dependências, apenas profissionais técnico-especializados e habilitados com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas com o objeto desta avença.

Substituir a qualquer tempo conforme solicitação do **CONTRATANTE**, qualquer elemento utilizado para os serviços, que por motivos técnicos, moral ou disciplinar seja considerado inconveniente.

Executar os serviços, com funcionários próprios, os quais não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo única e exclusivamente remunerados pela **CONTRATADA**.

A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/21.

Providenciar a **A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica)** junto ao CREA, ou a **R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica)** junto ao CAU, no prazo de **10 (dez) dias consecutivos**, contados a partir da data de início dos serviços.

Assumir total responsabilidade para a execução dos serviços, e responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que sejam causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

Garantir a solidez e segurança do serviço, assumindo, por ela, inteira responsabilidade, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro;





A responsabilidade pela qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos será da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

## 5.VISTORIA

Pressupondo que na presente contratação, a avaliação prévia dos locais de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades dos objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o(s) local(is) e as condições de realização dos serviços, assegurado a ele o direito de realização de visita técnica.

O licitante que optar por realizar visita técnica terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados na Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania, no telefone (19) 9.99901.9637 ou (19) 3852.2882, com o servidor Antonio Francisco Alves Junior, ou outro(a) funcionário(s) designado no caso de ausência da mesma, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

Caso o licitante opte por não realizar visita, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico atestando que conhece o local e as condições de realização dos serviços acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## 6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

O regime de execução é o de empreitada global.

Para a produção dos resultados pretendidos a contratada deverá seguir rigorosamente os projetos e memoriais descritivos anexos ao processo.

A contratação para execução dos serviços objeto do presente documento, terá vigência a partir da emissão da ordem de serviços.

### CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A descrição dos critérios de sustentabilidade socioambiental como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (apêndice desse Termo de Referência).

### GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A contratação deverá contar com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

O contratado deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obrigara-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.



O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

## 7. GESTÃO DO CONTRATO

A contratação com a empresa vencedora far-se-á por concorrência pública, conforme Minuta do edital a ser disponibilizada, considerando a proposta apresentada e disposições legais, vinculando a empresa vencedora aos termos do Edital e demais anexos, à proposta apresentada e as disposições da Lei Nº 14.133/2021.

## 8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições serão de acordo com o cronograma físico-financeiro, anexo ao processo.

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução do objeto, através da sua tesouraria, da seguinte forma:

A contratada deverá emitir medição de acordo com o prazo definido no Cronograma Físico-Financeiro, a contar da data de início dos serviços constante na ordem de serviços, em conformidade com os serviços realizados, cujo prazo de verificação será de até 05 (cinco) dias úteis, onde o aceite importará na autorização da emissão da nota fiscal.

O pagamento ocorrerá conforme disponibilidade dos recursos através do Contrato de Repasse nº 952285 - OGU 1091500-76/2023 /MJSP, onde a contrapartida será paga com recursos do Tesouro proporcionalmente ao respectivo contato, cujo pagamento será em até 30 (trinta) dias após a liquidação da nota fiscal.

O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

Cabe destacar que no caso de não aprovação, será garantido o contraditório e ampla defesa, e no caso de erros, será considerado o mesmo prazo para reanálise.

A medição/nota fiscal deverão vir autorizadas pelo(a)s responsável(is) pela fiscalização da obra, sendo que tais documentos deverão vir com o aceite dos fiscais do contrato, sendo que no corpo das Notas Fiscais, deverá constar o número do contrato firmado entre a empresa contratada e este Município, bem como, mencionar **Contrato de Repasse nº 952285 - OGU 1091500-76/2023 /MJSP**.

Observa-se que no caso de atraso dos serviços por culpa da **CONTRATADA**, somente será permitida emissão de Nota Fiscal após concluída a etapa em que o cronograma tem que estar.

Em caso de atraso no pagamento devido à **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.

Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada quando o pagamento for realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

Encaminhar junto com a Nota Fiscal, também, a Planilha de Frequências dos funcionários e guias do mês do INSS, FGTS e PIS, devidamente recolhidas e acompanhadas com a Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo "SEFIP", ou seja, os funcionários constantes na planilha de frequência deverão constar na relação "SEFIP". Tais documentos são correspondentes ao período de execução dos serviços.



Os serviços objetos do presente contrato administrativo ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente, que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante Prefeitura Municipal de Pedreira/SP será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, sendo vedada a emissão de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da(s) contratada(s) deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).

## 9.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### Regime de execução

O regime de execução do contrato será mediante empreitada por preço global.

### Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das



Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do Balanço de Abertura, conforme previsto no § 1º, do artigo 65, da Lei nº 14.133/2021)

Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:



Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada extraídos do Livro Diário registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

Caso os documentos não estejam devidamente autenticados, a empresa deverá providenciar a autenticação nos moldes descritos acima, como condição para a assinatura do contrato, não sendo essa pendência motivo para sua inabilitação.

Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício;

Os documentos e índices referidos acima deverão ser exigidos: a) para as empresas que NÃO adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer até a data prevista em lei ou nos atos constitutivos da empresa; ou, b) para as empresas que adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED, em conformidade com a Instrução Normativa RFB vigente.

A empresa deverá comprovar sua boa situação econômico-financeira através da apresentação de declaração que apresente o atendimento dos índices econômicos abaixo, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinada por profissional habilitado da área contábil.

**Índice de Liquidez Geral (LG):**

Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo

≥ 1,00

(um)

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

**Índice de Liquidez Geral (LG)**

Exercício 202\_:

Exercício: 202\_:

**Resultado:**

**Índice de Liquidez Corrente (LC):**

Ativo Circulante

≥ 1,00 (um)

Passivo Circulante

**Índice de Liquidez Corrente (LC)**

Exercício 202\_:

Exercício 202\_:

**Resultado:**



**Índice de Solvência Geral (ISG):**

Ativo Total

(um)

 $\geq 1,00$ 

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

**Índice de Solvência Geral (ISG)**

Exercício 202\_:

Exercício

202\_: Resultado:

A empresa que não tiver alcançado os resultados  $\geq 1,00$  (um) para os índices acima, será considerada inabilitada.

Patrimônio líquido correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**Qualificação Técnica**

A empresa deverá estar inscrita no Conselho de Engenharia e Agronomia ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e possuir pessoal com capacidade técnica compatível com o objeto do presente processo, sendo:

- I. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional - prova de que a empresa licitante possui no seu quadro permanente, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, devidamente atestado pelo CREA ou CAU;
- II. A comprovação de capacidade técnico profissional se aperfeiçoará mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, relativo à execução dos serviços pertinente e compatível em características semelhantes com o objeto da licitação;
- III. Declaração de que o profissional detentor da(s) CAT(s) apresentadas, integrará a equipe técnica responsável pela execução dos serviços;
- IV. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível e similar em suas características, com o objeto da licitação.

**Demais Requisitos :**

1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
2. Apresentar por ocasião do envio da(s) planilha(s) da proposta os catálogo(s) ou documento(s) equivalente(s) dos equipamentos e os documentos equivalente(s) deverá(ão) ser do(s) fabricante(s) – aplicável somente aos itens/equipamentos eletrônicos. No(s) catálogo(s) ou documento(s) equivalente(s) deverá(ão) constar a identificação do(s) item(ns) correspondentes(s), bem como as descrições necessárias para comprovar que as características contidas no(s) mesmo(s) preenchem a todos os requisitos estabelecidos nessa Contratação. Em





conformidade com as normas técnicas aplicáveis, os produtos devem satisfazer aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança.

3. Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

#### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado está descrito na tabela abaixo, (conforme Planilhas de Composições Orçamentárias anexas ao processo), tendo em vista as definições prévias, os projetos e o orçamento completo dos serviços a serem executados, inclusive com valor final de referência da contratação com base nas tabelas oficiais fornecida pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), versão 199 – 08/2025 e SINAPI, data base 9/2025 de 2025, acrescida de composição de alguns itens não previstos nas tabelas oficiais como CDHU e SINAPI, oriundas de pesquisas de mercado nos termos da Lei 14.133/21 e Decreto 3810/23.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALORES ESTIMADOS
01	SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO	R\$900.810,12

Poderá ser acrescido ou suprimido, nas mesmas condições contratuais, as porcentagens mencionadas no **Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21**.

#### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes das prestações dos serviços do objeto deste Termo de Referência correrão por conta das **fichas orçamentárias anexas ao presente processo, fonte 214 Depto.de Segurança.**

#### 12. RESPONSÁVEL

Licurgo Nunes Costa  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E CIDADANIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA****1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de pessoa jurídica, por empreita global (fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários) para o objeto Aquisição e Implantação do Sistema de Videomonitoramento para Segurança nas Escolas do Município de Pedreira-SP”, nos termos da ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, de acordo com a tabela abaixo, e conforme condições exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CODIGO CATSER
01	SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO	21660

O BDI da referida obra é de **25,00%**, conforme quadro de composição de BDI anexo.

O(s) quantitativo(s) foram estimado(s) com base na demonstração constante na planilha orçamentária, constante nos autos do processo.

**O projeto executivo consiste em todo conjunto composto por caderno técnico, plantas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, memórias de cálculos, cronogramas, tabelas de referência de custos, etc, ou seja, todos documentos necessários para minimizar a probabilidade de erros na execução da obra ou serviço, de forma a garantir a eficiência da contratação, documentos esses anexos ao processo.**

O prazo de execução do objeto será de **90 (noventa) dias**, conforme cronograma físico-financeiro elaborado anexo ao processo. Qualquer prorrogação dos prazos aqui definidos, estará subordinada ao Art. 111 e Art. 115 § 5 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação visa atender à necessidade de implantação de um Sistema de Videomonitoramento para Segurança nas Escolas do Município de Pedreira/SP, conforme diretrizes estabelecidas no Contrato de Repasse nº 952285/2023/MJSP/CAIXA. A medida é essencial para o fortalecimento das ações de prevenção, resposta e gestão de riscos no ambiente escolar, diante do aumento nacional de ocorrências que ameaçam a integridade de alunos, servidores e da comunidade educacional.

Durante as análises técnicas e visitas realizadas pela equipe responsável, verificou-se a inexistência de infraestrutura capaz de proporcionar vigilância contínua e integrada entre as unidades escolares e o Centro de Operações da Guarda Municipal. A ausência de monitoramento adequado compromete a capacidade de resposta a situações de risco, reduz a eficácia das rondas escolares e dificulta a atuação preventiva baseada em evidências.

O sistema proposto permitirá vigilância em tempo real, registro seguro de imagens conforme cadeia de custódia, integração à INFOVIA Municipal, suporte às ações de patrulhamento, aumento da percepção de segurança e geração de dados estratégicos para tomada de decisão. A implantação de câmeras com tecnologia adequada, rede padronizada, servidores de gravação e integração operacional constitui solução tecnicamente indispensável para assegurar ambiente escolar protegido e aderente às políticas nacionais de segurança pública.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada justifica-se pela complexidade técnica envolvida, pela necessidade de interoperabilidade entre equipamentos e pela obrigação legal assumida pelo Município no âmbito do programa federal financiador. Trata-se



de ação estratégica e necessária para garantir proteção, eficiência operacional e atendimento pleno ao interesse público..

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e seus anexos (apêndice desse Termo de Referência).

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O detalhamento dos requisitos necessários para a contratação do presente objeto, como as especificações técnicas, prazo, suporte, condições de implantação estão detalhadas nos Cadernos de especificações técnicas, os quais fazem parte deste Estudo Técnico Preliminar.

Tadavia pela legislação a classificação do serviço, seja serviço comum de engenharia, por equivaler em ações objetivamente padronizáveis quanto ao desempenho e à qualidade, trata-se de um objeto que demanda conhecimentos técnicos especializados, utilização de equipamentos adequados e aplicação de materiais em conformidade com as normas técnicas. Por essa razão, entende-se necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, com vistas à execução dos serviços ora em pauta. Os quais deverão ser executados em regime de contratação indireta, no qual a Administração transfere à contratada a execução do objeto, mantendo-se responsável pela fiscalização plena das atividades, enquanto o contratado assume os encargos civis, trabalhistas, tributários, previdenciários e os riscos inerentes ao empreendimento.

A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **Sujeição às normas técnicas e legais**

Deverão ser seguidas as normas vigentes relacionadas à todos os serviços previstos que garantam a boa prática na execução dos serviços bem como a qualidade dos materiais empregados, e ainda, todas as normas aplicáveis de segurança do trabalho.

#### **Crítérios de sustentabilidade socioambiental**

O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública através do descarte correto de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão; racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; substituição das substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; separação e acondicionamento em recipientes adequados para destinação específica dos resíduos de obras, separando o que pode ser reaproveitado e reciclado, demonstrando os procedimentos utilizados para recolhimento adequado dos materiais; do recolhimento dos materiais inservíveis e aplicação da política reversa se for o caso, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento, e encaminhamento adequado dos materiais.

Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados aos produtos.

Devendo ainda a contratada obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.



### **Requisitos de qualidade**

Deverão ser seguidas as especificações constantes no caderno e seus anexos.

Dentre os aspectos relevantes a serem considerados durante o processo, deverão ser priorizados a avaliação das condições existente e os objetivos almejados.

Antes de iniciar o serviço, é essencial realizar uma avaliação detalhada das condições de cada um dos locais previamente selecionado, identificando possíveis interferências que possam prejudicar a execução dos serviços, inclusive por meio de inspeções visuais.

Para a plena execução, é fundamental planejar e implementar medidas adequadas de gestão, a fim de cumprir com o cronograma físico, garantindo assim a entrega dentro do prazo contratado.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A **CONTRATADA** se compromete pelo presente à:

Comunicar imediatamente o Contratante qualquer ocorrência ou anormalidade na execução dos serviços.

Conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas Técnicas, com estrita observância da legislação em vigor.

Designar profissionais capacitados, para o cumprimento do objeto do contrato.

Empregar, na execução dos serviços contratados, quer nas dependências do **CONTRATANTE**, quer nas suas próprias dependências, apenas profissionais técnico-especializados e habilitados com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas com o objeto desta avença.

Substituir a qualquer tempo conforme solicitação do **CONTRATANTE**, qualquer elemento utilizado para os serviços, que por motivos técnicos, moral ou disciplinar seja considerado inconveniente.

Executar os serviços, com funcionários próprios, os quais não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo única e exclusivamente remunerados pela **CONTRATADA**.

A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/21.

Providenciar a **A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica)** junto ao CREA, ou a **R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica)** junto ao CAU, no prazo de **10 (dez) dias consecutivos**, contados a partir da data de início dos serviços.

Assumir total responsabilidade para a execução dos serviços, e responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que sejam causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

Garantir a solidez e segurança do serviço, assumindo, por ela, inteira responsabilidade, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro;

A responsabilidade pela qualidade da obra, materiais e serviços executados/fornecidos será da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.



## 5.VISTORIA

Pressupondo que na presente contratação, a avaliação prévia dos locais de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades dos objetos a serem contratados, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o(s) local(is) e as condições de realização dos serviços, assegurado a ele o direito de realização de visita técnica.

O licitante que optar por realizar visita técnica terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a serem agendados na Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania, no telefone (19) 9.99901.9637 ou (19) 3852.2882, com o servidor Antonio Francisco Alves Junior, ou outro(a) funcionário(s) designado no caso de ausência da mesma, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

Caso o licitante opte por não realizar visita, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico atestando que conhece o local e as condições de realização dos serviços acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## 6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

O regime de execução é o de empreitada global.

Para a produção dos resultados pretendidos a contratada deverá seguir rigorosamente os projetos e memoriais descritivos anexos ao processo.

A contratação para execução dos serviços objeto do presente documento, terá vigência a partir da emissão da ordem de serviços.

### CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A descrição dos critérios de sustentabilidade socioambiental como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (apêndice desse Termo de Referência).

### GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A contratação deverá contar com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

O contratado deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.



Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obrigara-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.





## 7. GESTÃO DO CONTRATO

A contratação com a empresa vencedora far-se-á por concorrência pública, conforme Minuta do edital a ser disponibilizada, considerando a proposta apresentada e disposições legais, vinculando a empresa vencedora aos termos do Edital e demais anexos, à proposta apresentada e as disposições da Lei Nº 14.133/2021.

## 8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições serão de acordo com o cronograma físico-financeiro, anexo ao processo.

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução do objeto, através da sua tesouraria, da seguinte forma:

A contratada deverá emitir medição de acordo com o prazo definido no Cronograma Físico-Financeiro, a contar da data de início dos serviços constante na ordem de serviços, em conformidade com os serviços realizados, cujo prazo de verificação será de até 05 (cinco) dias úteis, onde o aceite importará na autorização da emissão da nota fiscal.

O pagamento ocorrerá conforme disponibilidade dos recursos através do Contrato de Repasse nº 952285 - OGU 1091500-76/2023 /MJSP, onde a contrapartida será paga com recursos do Tesouro proporcionalmente ao respectivo contato, cujo pagamento será em até 30 (trinta) dias após a liquidação da nota fiscal.

O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

Cabe destacar que no caso de não aprovação, será garantido o contraditório e ampla defesa, e no caso de erros, será considerado o mesmo prazo para reanálise.

A medição/nota fiscal deverão vir autorizadas pelo(a)(s) responsável(is) pela fiscalização da obra, sendo que tais documentos deverão vir com o aceite dos fiscais do contrato, sendo que no corpo das Notas Fiscais, deverá constar o número do contrato firmado entre a empresa contratada e este Município, bem como, mencionar **Contrato de Repasse nº 952285 - OGU 1091500-76/2023 /MJSP**.

Observa-se que no caso de atraso dos serviços por culpa da **CONTRATADA**, somente será permitida emissão de Nota Fiscal após concluída a etapa em que o cronograma tem que estar.

Em caso de atraso no pagamento devido à **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.

Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada quando o pagamento for realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

Encaminhar junto com a Nota Fiscal, também, a Planilha de Frequências dos funcionários e guias do mês do INSS, FGTS e PIS, devidamente recolhidas e acompanhadas com a Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo "SEFIP", ou seja, os funcionários constantes na planilha de frequência deverão constar na relação "SEFIP". Tais documentos são correspondentes ao período de execução dos serviços.

**Os serviços objetos do presente contrato administrativo ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº**



**2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente, que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.**

**As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.**

**Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante Prefeitura Municipal de Pedreira/SP será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.**

**Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, sendo vedada a emissão de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da(s) contratada(s) deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).**

#### **9.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

##### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

##### **Regime de execução**

O regime de execução do contrato será mediante empreitada por preço global.

##### **Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **Habilitação jurídica**

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do Balanço de Abertura, conforme previsto no § 1º, do artigo 65, da Lei nº 14.133/2021)

Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:



Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada extraídos do Livro Diário registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

Caso os documentos não estejam devidamente autenticados, a empresa deverá providenciar a autenticação nos moldes descritos acima, como condição para a assinatura do contrato, não sendo essa pendência motivo para sua inabilitação.

Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício;

Os documentos e índices referidos acima deverão ser exigidos: a) para as empresas que NÃO adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer até a data prevista em lei ou nos atos constitutivos da empresa; ou, b) para as empresas que adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED, em conformidade com a Instrução Normativa RFB vigente.

A empresa deverá comprovar sua boa situação econômico-financeira através da apresentação de declaração que apresente o atendimento dos índices econômicos abaixo, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinada por profissional habilitado da área contábil.

**Índice de Liquidez Geral (LG):** 
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,00$$
  
(um)

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

**Índice de Liquidez Geral (LG)** Exercício 202\_: Exercício: 202\_:

**Resultado:**

**Índice de Liquidez Corrente (LC):** 
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00 \text{ (um)}$$

**Índice de Liquidez Corrente (LC)** Exercício 202\_: Exercício 202\_:

**Resultado:**

**Índice de Solvência Geral (ISG):**

Ativo Total

(um)

 $\geq 1,00$ 

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

**Índice de Solvência Geral (ISG)**

Exercício 202\_:

Exercício 202\_:

Resultado:

A empresa que não tiver alcançado os resultados  $\geq 1,00$  (um) para os índices acima, será considerada inabilitada.

Patrimônio líquido correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**Qualificação Técnica**

A empresa deverá estar inscrita no Conselho de Engenharia e Agronomia ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e possuir pessoal com capacidade técnica compatível com o objeto do presente processo, sendo:

- I. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional - prova de que a empresa licitante possui no seu quadro permanente, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, devidamente atestado pelo CREA ou CAU;
- II. A comprovação de capacidade técnico profissional se aperfeiçoará mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, relativo à execução dos serviços pertinente e compatível em características semelhantes com o objeto da licitação;
- III. Declaração de que o profissional detentor da(s) CAT(s) apresentadas, integrará a equipe técnica responsável pela execução dos serviços;
- IV. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível e similar em suas características, com o objeto da licitação.

**Demais Requisitos :**

1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
2. Apresentar por ocasião do envio da(s) planilha(s) da proposta os catálogo(s) ou documento(s) equivalente(s) dos equipamentos e os documentos equivalente(s) deverá(ão) ser do(s) fabricante(s) - aplicável somente aos itens/equipamentos eletrônicos. No(s) catálogo(s) ou documento(s) equivalente(s) deverá(ão) constar a identificação do(s) item(ns) correspondentes(s), bem como as descrições necessárias para comprovar que as características contidas no(s) mesmo(s) preenchem a todos os requisitos estabelecidos nessa Contratação. Em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, os produtos devem satisfazer aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança.
3. Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor global estimado está descrito na tabela abaixo, (conforme Planilhas de Composições Orçamentárias anexas ao processo), tendo em vista as definições prévias, os projetos e o orçamento completo dos serviços a serem executados, inclusive com valor final de referência da contratação com base nas tabelas oficiais fornecida pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), versão 199 – 08/2025 e SINAPI, data base 9/2025 de 2025, acrescida de composição de alguns itens não previstos nas tabelas oficiais como CDHU e SINAPI, oriundas de pesquisas de mercado nos termos da Lei 14.133/21 e Decreto 3810/23.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALORES ESTIMADOS
01	SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO	R\$900.810,12

Poderá ser acrescido ou suprimido, nas mesmas condições contratuais, as porcentagens mencionadas no **Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21**.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes das prestações dos serviços do objeto deste Termo de Referência correrão por conta das **fichas orçamentárias anexas ao presente processo, fonte 214 (Depto de Segurança)**.

**12. RESPONSÁVEL**

Licurgo Nunes Costa  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E CIDADANIA**



# **CADERNO TÉCNICO**

## **Aquisição de Videomonitoramento para Segurança nas Escolas - Pedreira/SP – Contrato de Repasse 952285 -OGU 1091500-76/2023 /MJSP- Proposta 144392023**

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente documento tem como objetivo apresentar as especificações técnicas para o fornecimento e a implantação do Programa de Segurança nas Escolas do Município de Pedreira/SP, por meio da aquisição e implementação de um sistema de videomonitoramento.

A partir de uma análise detalhada das condições estruturais e operacionais de cada unidade escolar avaliada, foram definidos os quantitativos necessários, bem como estabelecidas as diretrizes, premissas e orientações gerais para o desenvolvimento e execução do Sistema de Videomonitoramento das Escolas do Município de Pedreira/SP.

### **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

Diante do cenário atual de riscos e episódios de violência deliberada em ambientes escolares, torna-se necessária a ampliação das ações de prevenção e proteção aos estudantes, profissionais da educação e demais usuários. Neste contexto, o presente projeto visa fortalecer a capacidade de resposta da Guarda Municipal, especialmente por meio da Ronda Escolar, bem como expandir o Sistema de Videomonitoramento com a instalação de câmeras em vias públicas adjacentes às unidades educacionais do município, ampliando assim a eficácia do monitoramento e potencializando a segurança nos locais atendidos.

A sociedade contemporânea vive em constante estado de alerta no que se refere à segurança pessoal e patrimonial. No âmbito da Administração Pública, essa preocupação torna-se ainda mais relevante, considerando o dever institucional dos gestores em zelar pelo patrimônio público e em assegurar condições mínimas de proteção aos servidores, professores, monitores, alunos e à população que frequenta ou transita nas imediações das unidades escolares.

A contratação ora proposta tem por finalidade implementar o Programa de Segurança nas Escolas do Município de Pedreira/SP, mediante a aquisição e implantação de um Sistema de Videomonitoramento composto por câmeras de monitoramento estrategicamente distribuídas nas adjacências de todas as unidades de ensino da rede municipal, as quais possuem a estrutura técnica da rede de dados municipal denominada Infovia, e consequentemente integradas

à Central da Guarda Municipal, bem como a unidade do Samuca, unidade do terceiro setor mantida pela municipalidade, a mais de 25 anos, para atender crianças de áreas periféricas sujeitas a maior incidência de vulnerabilidades e expostas a um risco aumentado de criminalidade, atuando no contra turno de aula com atividades recreativas e de reforço escolar, recebendo um grande numero de crianças diariamente, bem como a unidade da APAE, que atende as crianças com necessidades especiais, oriundas de demanda da rede de ensino municipal, que não possui estrutura técnica e física a altura da necessidade, portanto também assistida pelo município a mais de 25 anos no atendimento de demanda da rede de ensino, atendendo um grande público de crianças e jovens.

A prestação dos serviços abrangerá a proteção eletrônica das unidades escolares e de suas vias públicas próximas, com fornecimento, instalação e configuração de todos os equipamentos necessários, tanto nas áreas externas das unidades quanto na Central de Monitoramento da Guarda Municipal, a qual deverá ser equipada com infraestrutura apropriada para acompanhamento, controle e gerenciamento remoto das imagens, assegurando pronta atuação operacional da GM.

## 2.1 AÇÕES E METAS

### **Meta:**

Ampliar o monitoramento preventivo e a identificação de possíveis ameaças em áreas externas e vias públicas próximas às unidades escolares do Município de Pedreira/SP.

### **Ação:**

Aquisição e implantação de solução tecnológica de videomonitoramento, composta por câmeras instaladas no entorno das unidades escolares e integradas à Central de Monitoramento da Guarda Municipal.

### **Resultados Esperados:**

A implantação do sistema de videomonitoramento possibilitará o acompanhamento em tempo real das áreas externas das escolas, ampliando a capacidade de resposta das forças de segurança e promovendo ambiente mais seguro para alunos, servidores e comunidade. Espera-se ainda a melhoria no planejamento estratégico das ações de segurança pública e gestão escolar, bem como a redução de ocorrências e comportamentos de risco no entorno das unidades.

## 2.2 OBJETIVO GERAL

Ampliar a segurança nas unidades escolares e em seus entornos por meio do monitoramento preventivo de potenciais ameaças e do fortalecimento das ações operacionais da Ronda Escolar, contribuindo para a proteção de estudantes, servidores e da comunidade local.

## 2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Monitorar potenciais ameaças e eventos de risco nas imediações das unidades escolares por meio de solução tecnológica integrada ao Sistema de Videomonitoramento da Guarda Municipal;
- Fortalecer as ações de patrulhamento e resposta da Ronda Escolar, disponibilizando informações em tempo real para apoio à tomada de decisão;
- Promover ambientes educacionais mais seguros, acessíveis e socialmente inclusivos;
- Integrar dados, imagens e alertas ao sistema municipal de segurança para subsidiar planejamento estratégico e ações preventivas.

## 2.4 INDICADORES VINCULADOS AOS OBJETIVOS

Indicador	Objetivo Relacionado	Meta/Parâmetro de Desempenho	Forma de Verificação
Cobertura de Monitoramento nas Unidades Escolares	Monitoramento de ameaças e vigilância de perímetros	Mínimo de <b>90% da área externa planejada monitorada</b>	Planta de implantação, relatório técnico e mapa de câmeras
Disponibilidade do Sistema (Uptime)	Suporte tecnológico contínuo e resposta imediata	<b>≥ 98% de disponibilidade mensal</b>	Logs do sistema e relatórios de rede
Tempo de Resposta da Ronda Escolar	Fortalecimento das ações de patrulhamento	Redução percentual progressiva no tempo médio de atendimento	Registros operacionais e relatórios da Central
Taxa de Ocorrências Registradas e Tratadas	Integração com sistema de segurança municipal	Aumento do número de eventos detectados e registrados sistemicamente	Relatórios mensais do sistema
Qualidade de Imagem Capturada	Capacidade de identificação e análise	Resolução mínima conforme especificação técnica aprovada (ex.: Full HD ou no mínimo 4MP)	Testes de campo
Retenção e Integridade das Imagens	Gestão de evidências	Armazenamento projetado de 12 meses, no mínimo de 30 dias, ou conforme norma municipal	Auditoria de banco de dados e testes de recuperação
Efetividade Preventiva	Redução de riscos e aumento da segurança	Redução gradativa de incidentes no entorno escolar	Comparativo estatístico anual da GM e educação

## 3. PROJETO

### 3.0 Conformidade Normativa e Finalidade do Projeto

O presente projeto atende aos requisitos estabelecidos pela **NBR IEC 62676-1-1**, especificamente no item **4.2 – Ambiente de Vídeo (Captura, Interconexão e Manipulação da Imagem)**, contemplando os parâmetros técnicos necessários

para a adequada coleta, transmissão, tratamento e armazenamento de imagens em sistemas de circuito fechado de televisão (CFTV) baseados em rede IP.

Este documento constitui diretriz técnica para a implantação do **Programa de Segurança nas Escolas do Município de Pedreira/SP**, por meio da aquisição, instalação e integração de um Sistema de Videomonitoramento destinado ao monitoramento preventivo, resposta operacional e apoio às atividades da Guarda Municipal, especialmente no escopo da Ronda Escolar.

A solução aqui descrita orienta a padronização de aspectos como arquitetura tecnológica, parametrização mínima de equipamentos, protocolos de comunicação, requisitos de imagem, infraestrutura lógica e diretrizes de integração com o sistema já existente no município, assegurando interoperabilidade, escalabilidade e aderência às normas nacionais aplicáveis.

### 3.1 Fundamentação Estratégica da Solução

A presente contratação está alinhada às diretrizes do **Programa**, cujo propósito é fortalecer a segurança pública por meio do desenvolvimento de políticas de prevenção e enfrentamento à criminalidade, com foco no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento. O programa prioriza ações estruturantes, baseadas em inteligência, operações integradas e modernização tecnológica dos órgãos de segurança pública.

Nesse contexto, a implantação do Sistema de Videomonitoramento nas unidades escolares do Município de Pedreira/SP contribui diretamente para o atendimento dos seguintes eixos estratégicos do Programa:

- **Combate à criminalidade:** Ampliação da capacidade de prevenção e resposta a ocorrências no entorno das escolas, reduzindo vulnerabilidades e comportamentos de risco.
- **Inteligência policial:** Utilização de tecnologia de monitoramento para subsidiar análises, gerar dados operacionais e facilitar ações qualificadas da Guarda Municipal e demais forças integradas.
- **Ações integradas:** Possibilita compartilhamento de informações e atuação coordenada entre órgãos municipais, estaduais e federais de segurança pública.
- **Modernização institucional:** Atualiza a infraestrutura de videomonitoramento municipal, garantindo aderência às diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.
- **Combate a crimes violentos:** Instrumentaliza a atuação preventiva contra ameaças às comunidades escolares, complementando ações de patrulhamento e rondas presenciais.
- **Prevenção e repressão de ilícitos:** A implantação do sistema contribui para a identificação de eventos relacionados a tráfico de drogas, vandalismo, depredação patrimonial, furtos e demais ações ilícitas no entorno das escolas.

Dessa forma, o presente projeto não apenas moderniza a infraestrutura de monitoramento do município, como também fortalece a matriz de policiamento preventivo e de inteligência, atendendo à finalidade estratégica do Programa e ampliando a proteção dos ambientes escolares e da comunidade local.

## 3.2 Suporte Técnico e Manutenção

Após a homologação da solução, o suporte técnico, a manutenção corretiva e a manutenção preventiva da infraestrutura de rede e conectividade serão prestados pelo Departamento de Tecnologia da Informação - Infovia Municipal da Prefeitura do Município de Pedreira, responsável pela gestão operacional da rede corporativa municipal.

O Município de Pedreira possui infraestrutura própria de comunicação de dados, denominada **Infovia Municipal**, na qual os prédios públicos estão interligados em uma única rede física, segmentada por meio de Redes Virtuais (VLANs), conforme normas técnicas de segregação lógica e segurança. A interligação entre as edificações é realizada predominantemente por meio de fibra óptica, com equipamentos de comutação (switches) instalados nos pontos de distribuição interna. Atualmente **as edificações públicas são atendidas por infraestrutura de fibra óptica**, possibilitando tráfego de dados seguro, de baixa latência e com alta disponibilidade.

A manutenção, monitoramento e operação dessa infraestrutura são responsabilidades do Departamento de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Pedreira, que conta com equipe técnica capacitada, treinada e dotada de instrumentos e ferramentas adequadas para diagnóstico, correção de falhas, certificação de enlaces e suporte especializado, assegurando a continuidade dos serviços prestados pela rede municipal.

### 3.2.1 INFOVIA Municipal — Manutenção Técnica e Canais de Comunicação

O Departamento de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Pedreira dispõe de diversos canais institucionais de comunicação para atendimento de demandas internas, abrangendo servidores públicos das Secretarias, Setores, Divisões e Departamentos Municipais, bem como solicitações provenientes da população. Os principais canais disponíveis são:

#### a) Telefones Fixos

- (19) 3893-1845
- (19) 3852-4177

#### b) Ouvidoria Municipal

- (19) 99603-0156
- (19) 99661-0156
- (19) 99909-0156
- (19) 99961-0156
- Plataforma digital: disponível via site *e-Ouve*
- Aplicativo móvel: *e-Ouve*

### c) Plataforma "**Descomplica Pedreira**" (1Doc)

Sistema oficial para abertura e acompanhamento de chamados técnicos referentes à infraestrutura municipal e serviços de TI.

- Acesso: <https://pedreira.1doc.com.br/>

O atendimento às solicitações de manutenção corretiva referentes à Infovia Municipal será realizado **em até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado**, por meio dos canais oficiais supracitados. O solicitante deverá informar, no mínimo, o local da ocorrência, descrição do problema identificado, data e forma de contato para retorno técnico.

## 3.3 Interoperabilidade

O Município de Pedreira possui, desde 2007, a **Rede Municipal de Dados Multisserviços – INFOVIA MUNICIPAL**, infraestrutura de comunicação óptica de alta capacidade que interliga prédios públicos, unidades administrativas e sistemas municipais estratégicos. Atualmente, a Infovia conta com **mais de 40 km de infraestrutura implantada em fibra óptica**, permitindo comunicação segura, redundante e integrada entre órgãos da Administração Pública Municipal, além da distribuição de conectividade para câmeras e demais equipamentos de monitoramento.

Essa rede possibilita a integração plena entre equipamentos, bases de dados, serviços de internet e acesso à intranet municipal, promovendo agilidade, desempenho operacional e maior segurança da informação, por meio de segmentação lógica baseada em VLANs e controle de acesso institucional, exclusivo da Secretaria de Segurança para o controle, armazenamento e acesso aos dados do sistema de videomonitoramento municipal.

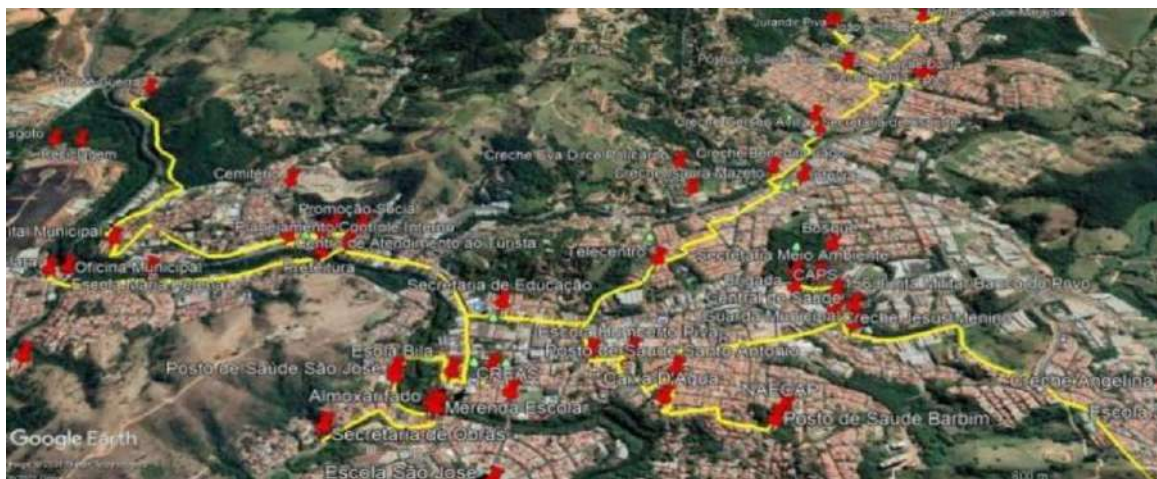
O sistema de videomonitoramento objeto deste projeto **será integrado à Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania por meio da INFOVIA MUNICIPAL**, sendo parte integrante do **PDTIC — Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações**, disponível no portal oficial do Município: <https://www.pedreira.sp.gov.br/interesse-publico/pdti>

### 3.3.1 Infraestrutura Existente

A malha de fibra óptica constitui o “backbone” principal da rede municipal, atendendo as unidades administrativas e os pontos de monitoramento eletrônico. As figuras a seguir ilustram a distribuição geográfica da rede de fibra óptica no Município de Pedreira/SP, razão pela qual a rede de dados e elétrica será



**Figura 1 – Mapa da Infraestrutura de Fibra Óptica do Município de Pedreira/SP**



**Figura 2 – Traçado de Interligação por Fibra Óptica no Município de Pedreira/SP**



- comunicação de dados institucional;
- suporte a sistemas de emergência e segurança pública;
- transmissão de imagens e telemetria;
- redundância de enlaces críticos.

A combinação de fibra óptica e enlaces via rádio permite cobertura ampliada e atendimento a pontos remotos, assegurando escalabilidade para expansão do sistema de videomonitoramento.

### 3.3.3 Regras de Segurança da Informação e Acesso Lógico

A solução de videomonitoramento deverá atender às diretrizes de Segurança da Informação adotadas pelo Município de Pedreira, garantindo confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade dos dados trafegados na INFOVIA Municipal. O acesso aos recursos do sistema será controlado de forma centralizada, com autenticação individualizada, registro de atividades e mecanismos de controle baseados em perfis de uso.

O tráfego de dados deverá ocorrer exclusivamente em **VLANs dedicadas e segregadas**, de forma a impedir comunicação não autorizada com outras redes administrativas, respeitando as políticas de segregação lógica da INFOVIA Municipal.

As regras de acesso e proteção incluem, no mínimo:

- **Controle de acesso baseado em credenciais individuais** (login e senha, preferencialmente com MFA quando aplicável);
- **Perfis de usuário com níveis de permissão distintos**, conforme função operacional (ex.: operador, supervisor, administrador, auditor);
- **Autenticação obrigatória para acesso local e remoto**;
- **Registro e armazenamento de logs de acesso e eventos**, incluindo tentativas de autenticação e operações críticas;
- **Tráfego de dados criptografado**, preferencialmente via TLS/HTTPS e protocolos seguros compatíveis com os equipamentos;
- **Gerenciamento de senhas e credenciais**, incluindo política de renovação, complexidade e restrição de compartilhamento;
- **Acesso remoto autorizado apenas mediante regras da TI municipal**, com uso de VPN institucional quando aplicável;
- **Bloqueio automático de sessão por inatividade**;
- **Restrição de portas e serviços não utilizados nos equipamentos**;
- **Armazenamento de imagens protegido contra exclusão não autorizada** e manipulação sem credencial adequada.

A gestão de permissões de acesso, assim como a criação, edição, suspensão e exclusão de usuários, será realizada **pela Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania em conjunto com o Departamento de Tecnologia da Informação**, observando os procedimentos internos de governança, auditoria e conformidade.

Todos os equipamentos e softwares fornecidos pela contratada deverão:

- permitir atualização de firmware e correções de segurança;
- não possuir usuários padrão sem alteração;
- permitir auditoria e exportação de registros para sistemas externos, quando necessário.

Tecnologias ou equipamentos sem suporte, sem atualizações de segurança, com vulnerabilidades conhecidas ou que utilizem protocolos depreciados poderão ser rejeitados na fase de validação técnica da entrega.

### 3.3.3.2 Política de Retenção e Cadeia de Custódia de Evidências Digitais

As imagens e registros gerados pelo sistema de videomonitoramento terão caráter institucional e poderão constituir material probatório para fins administrativos, disciplinares e judiciais. Dessa forma, a solução implantada deverá garantir procedimentos padronizados de retenção, armazenamento, exportação e preservação das evidências digitais, observando critérios de autenticidade, integridade, confiabilidade e rastreabilidade dos arquivos.

A retenção mínima das imagens deverá obedecer às diretrizes definidas pela Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania, não podendo ser inferior ao prazo contratado ou determinado em norma municipal específica. A exclusão de dados será permitida apenas após expiração do prazo legal e de retenção administrativa, mediante processo automatizado ou validado pela autoridade competente.

A cadeia de custódia das evidências deverá observar, no mínimo, as seguintes diretrizes:

- **Registro automático de metadados** (data, hora, dispositivo, localização, operador e identificador do equipamento utilizado na captura);
- **Controle de acesso restrito** à visualização, download, exportação e exclusão de arquivos;
- **Logs auditáveis de todas as operações de manipulação**, incluindo acesso, visualização, extração, cópia, exportação e exclusão;
- **Exportação de arquivos com hash criptográfico** para validação de integridade;
- **Proibição de alteração do arquivo original**, sendo permitida somente a geração de cópia para uso operacional ou compartilhamento externo;
- **Armazenamento em formato compatível com reprodução oficial**, garantindo compatibilidade mínima com sistemas periciais ou jurídicos;
- **Procedimento formal para solicitação de imagens**, contendo identificação do solicitante, motivação, unidade responsável e período solicitado.

Quando destinado a processos investigativos ou judiciais, o material deverá ser:

1. **lacrado digitalmente ou fisicamente**, quando aplicável;
2. **registrado em protocolo oficial de chain-of-custody**;

3. **transferido apenas a autoridades legalmente competentes**, mediante termo de entrega, conforme procedimento interno da Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania.

Os procedimentos de extração e transferência de evidências deverão observar as políticas internas do Município de Pedreira e, quando aplicável, legislações pertinentes de proteção de dados, preservação de provas, segurança institucional e normas legais vigentes.

### 3.3.3.2.1 Prazos Específicos de Retenção (Ano Letivo)

A retenção das imagens registradas pelo Sistema de Videomonitoramento deverá atender às diretrizes operacionais e às políticas internas da Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania, considerando como referência o **período letivo vigente**. Para fins de padronização, o prazo de armazenamento das gravações não deverá ser inferior à duração integral do período letivo corrente, acrescido de prazo adicional destinado à análise retroativa e fechamento dos relatórios anuais operacionais e educacionais.

O prazo mínimo recomendado para retenção será definido da seguinte forma:

- **Retenção obrigatória durante todo o período letivo** das unidades escolares atendidas pela solução;
- **Armazenamento adicional de no mínimo 60 dias após o encerramento do período letivo**, para efeitos de auditoria, relatórios estratégicos e eventuais procedimentos investigativos;
- **Extensão do prazo de retenção para além do período padrão** quando houver ocorrência registrada, investigação em curso, requisição administrativa ou judicial, ou quando o material integrar cadeia de custódia probatória.

Durante a vigência do período letivo, não é permitida exclusão automática ou manual de registros, salvo em casos específicos devidamente documentados e autorizados pela autoridade gestora do sistema, respeitando-se normas de segurança, conformidade institucional e legislação aplicável.

A eventual eliminação dos registros, após o cumprimento dos prazos estabelecidos, deve ocorrer de forma segura, automatizada e auditável, com registro do evento de descarte e garantia de impossibilidade de restauração indevida dos dados.

## 3.4 FUNCIONALIDADES DO SOFTWARE VMS

O software de gerenciamento de vídeo (VMS) a ser fornecido **deverá permitir o gerenciamento centralizado** de câmeras IP, codificadores, NVRs, DVRs e



demais dispositivos compatíveis, possibilitando operação simultânea com múltiplos equipamentos e fluxos de vídeo.

O VMS **deverá suportar**, no mínimo, os seguintes formatos de codificação: **H.265, H.264, MPEG-4 e M-JPEG**, bem como gravação contínua, por eventos, por detecção de movimento, agendada e manual, com streams independentes para visualização e gravação. O armazenamento deverá ser possível localmente, em servidores ou NAS, bem como em armazenamento *edge* (cartão de câmera), com possibilidade de replicação automática e manual.

O sistema deverá operar com monitoramento em tempo real **sem interrupção das gravações**, com suporte à reprodução simultânea, alertas e eventos.

### 3.4.1 Funcionalidades Mínimas de Análise de Vídeo

O VMS deverá disponibilizar recursos de análise de vídeo, contemplando, no mínimo:

- detecção e classificação de objetos;
- contagem de pessoas;
- mapa de calor (*heatmap*);
- detecção de objetos abandonados e removidos;
- análise de fluxo/direção;
- reconhecimento facial;
- detecção de fumaça, fogo e armas;
- detecção de uso ou ausência de EPI.

Essas funcionalidades deverão ser passíveis de auditoria e parametrização pela Administração.

### 3.4.2 Segurança da Informação e Controle de Acesso

O VMS deverá implementar controles de segurança, incluindo, no mínimo:

- credenciais individuais e controle granular de permissões;
- autenticação dupla (quando disponível pelo fabricante);
- suporte à autenticação HTTP Digest;
- registros de logs de eventos, acessos e operações.

Será vedado o uso de contas genéricas, senhas padrão ou acessos sem identificação individualizada.

### 3.4.3 Interface, Operação e Exportação

O sistema deverá disponibilizar interface web para:

- visualização ao vivo;
- busca, reprodução e exportação de vídeos;
- criação de mosaicos;

- gerenciamento de eventos e notificações.

Os vídeos deverão ser exportáveis, no mínimo, nos formatos: **JPEG, PDF, EXE, AVI, MP4 e MKV**, com preservação de metadados.

#### 3.4.4. Alta Disponibilidade e Mapeamento

O VMS deverá suportar:

- conexões **unicast e multicast**;
- mecanismos de **failover automático**;
- mapeamento digital com plantas e mapas interativos;
- monitoramento de uso de disco, CPU, falhas e desempenho.

#### 3.4.5 Desempenho e Compatibilidade Técnica

- O VMS deverá operar em sistemas 64 bits com suporte a aceleração gráfica por hardware.
- Deverá ser compatível com protocolos **ONVIF e RTSP**.
- Deverá permitir **descoberta automática de dispositivos**.
- O licenciamento poderá ser realizado via internet ou por arquivo local.

#### 3.4.6 Licenciamento e Dimensionamento

Para atendimento ao presente projeto, deverão ser fornecidas **77 licenças de uso**, mediante aquisição de **03 (três) pacotes de 32 câmeras**, garantindo disponibilidade operacional, capacidade de expansão e **economicidade ao erário público**.

A contratada deverá garantir que as licenças sejam permanentes, vinculadas ao Município e habilitadas no ato da implantação.

### 3.5 ARQUITETURA TECNOLÓGICA DA SOLUÇÃO

A solução de videomonitoramento será integrada à infraestrutura de fibra óptica existente no Município de Pedreira, a qual suporta transmissão de dados de alta capacidade e baixa latência, assegurando confiabilidade e estabilidade para o tráfego de imagens e demais eventos de segurança pública.

O cabeamento óptico do tipo **Drop**, aliado ao cabeamento elétrico **PP** para alimentação e suporte a dispositivos PoE, permitirá transmissão de vídeo em alta resolução e fornecimento de energia aos equipamentos, simplificando a instalação e reduzindo custos operacionais. A arquitetura proposta assegura escalabilidade, resiliência e integridade dos dados, garantindo transmissão contínua de imagens, alarmes e comunicação bidirecional, quando aplicável.



### 3.5.1 TOPOLOGIA E FLUXO DE COMUNICAÇÃO

A solução deverá operar sobre infraestrutura lógica segmentada, com VLANs dedicadas ao videomonitoramento, garantindo controle de tráfego, segurança e priorização das informações relevantes. A arquitetura será composta pelos seguintes elementos:

#### I. Câmeras em Postes de Monitoramento

- Instalação de câmeras IP (modelo Bullet ou equivalente), com captura, codificação e transmissão nativa por rede IP;
- Alimentação via PoE ou fonte dedicada, conforme ponto de instalação;
- Comunicação direta com a rede de fibra óptica municipal ou enlace complementar via rádio quando necessário.

#### II. Infraestrutura de Transmissão — Rede de Dados

- Transmissão das imagens pela **Infovia Municipal de Fibra Óptica** até o Centro de Controle Operacional (CCO);
- Segmentação da rede por meio de **VLANs dedicadas** ao videomonitoramento;
- Suporte a tráfego criptografado, baixa latência e comunicação redundante quando disponível.

Esse modelo garante segurança lógica, estabilidade e desempenho adequado aos requisitos do sistema.

#### III. Servidores — Processamento e Armazenamento

Os dados recebidos no CCO serão encaminhados aos servidores responsáveis por:

- processamento e análise inteligente das imagens;
- indexação, rotulação e metadados;
- armazenamento em ambiente seguro, conforme política de retenção e cadeia de custódia;
- replicação e backup, quando aplicável.

Os servidores deverão possuir recursos de alta disponibilidade, escalabilidade e suporte a virtualização.

#### IV. Operação e Gerenciamento do Sistema

A visualização, operação e controle do sistema ocorrerão por meio de:

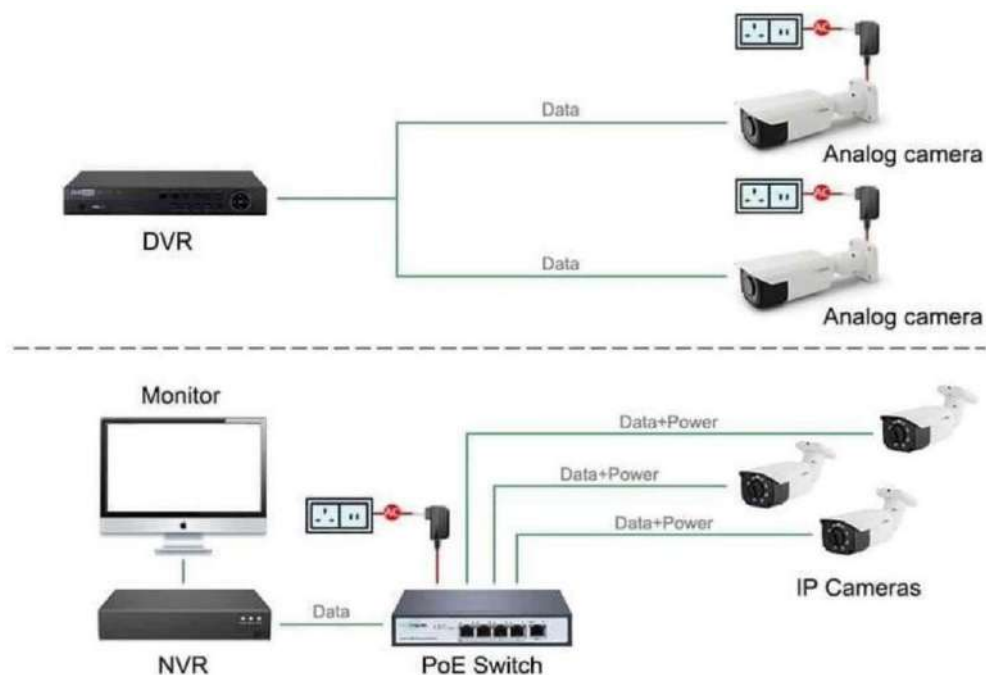
- **videowall do Centro de Operações**, para monitoramento simultâneo de múltiplas câmeras;

- estações de trabalho dedicadas (*workstations*) conectadas ao software VMS;
- controle operacional mediante perfis de usuário, conforme regras de segurança da informação.

As estações de operação deverão permitir:

- visualização em tempo real;
- reprodução e exportação de imagens;
- ativação e gestão de alertas;
- controle de prioridades e escalonamento operacional.

#### 4. TOPOLOGIA DE REDE PROJETADA



##### 4.1 MAPA LÓGICO DA ARQUITETURA (DIAGRAMA)

A arquitetura lógica da solução de videomonitoramento será estruturada em camadas, contemplando captura, transporte, processamento, armazenamento e visualização. Abaixo apresenta-se o diagrama funcional representando o fluxo de comunicação entre os elementos da solução.

<p><b>CAMADA DE CAPTURA (EDGE)</b></p> <p><i>Câmeras IP → Switch PoE → Caixa de Derivação → Backbone de Fibra VLAN/VPN Segregada p/ Videomonitoramento</i></p>
<p><b>CAMADA DE TRANSPORTE E REDE</b></p> <p><i>Backbone Fibra Óptica Municipal → Rede de Rádios (Backhaul) Gerência de Rede → QoS → VLAN → Controle de Acesso</i></p>
<p><b>CAMADA DE PROCESSAMENTO</b></p> <p><i>Servidores VMS (Virtualizados ou Físicos)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <i>Processamento e indexação de imagens</i></li> <li>○ <i>Módulos de IA e análise de vídeo</i></li> <li>○ <i>Banco de dados e metadados</i></li> </ul>
<p><b>CAMADA DE ARMAZENAMENTO</b></p> <p><i>Storage Local / NAS / SAN / Edge Storage</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Políticas de retenção</i></li> <li>• <i>Redundância e replicação</i></li> <li>• <i>Cadeia de custódia e exportação segura</i></li> </ul>
<p><b>CAMADA DE OPERAÇÃO E GERENCIAMENTO</b></p> <p><i>Videowall → Workstations Operadores → Acesso via VMS</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Monitoramento em tempo real</i></li> <li>• <i>Alertas e eventos</i></li> <li>• <i>Controle de permissões por perfil</i></li> </ul> <p><b>INTEGRAÇÕES E INTEROPERABILIDADE</b></p> <p><i>APIs / ONVIF / RTSP / Integração com forças de segurança</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>GCM / COI / demais órgãos autorizados</i></li> </ul>

## 4.2 DESCRIÇÃO GERAL DO FLUXO OPERACIONAL

1. As câmeras IP capturam e codificam o vídeo diretamente na borda (edge).
2. Os dados trafegam pela Infovia Municipal, **em VLAN dedicada, com QoS e segurança.**
3. Os servidores no CCO realizam análise, gravação e indexação das imagens.
4. O armazenamento ocorre em múltiplas camadas, **priorizando redundância e recuperação.**
5. Operadores monitoram o sistema via videowall e estações de controle.
6. A solução permite compartilhamento controlado com outros órgãos, mediante autorização.

## 4.2.1 REQUISITOS MÍNIMOS PARA ACEITE DA ARQUITETURA

- Deve garantir **baixa latência e alta disponibilidade**.
- Deve atender às políticas de segurança e VLANs definidas pelo município.
- Deve permitir expansão modular sem reengenharia da rede.
- Deve suportar alta taxa de “*throughput*” conforme número de câmeras ativo.
- Deve prever documentação técnica as “*built*” ao final da implantação.

## 4.3 JUSTIFICATIVA DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO

A instalação das câmeras nas proximidades dos acessos das unidades escolares do Município de Pedreira/SP tem como finalidade fortalecer a segurança pública, prevenindo situações de risco e protegendo crianças, adolescentes, servidores, responsáveis e demais frequentadores. O aumento do fluxo de pessoas e veículos no entorno escolar, aliado à maior complexidade urbana e social, exige medidas tecnológicas de vigilância que complementem as ações presenciais da Guarda Municipal e demais forças de segurança.

A implantação do sistema de videomonitoramento possibilitará o acompanhamento permanente das áreas externas e rotas de acesso, contribuindo para:

- **dissuasão de ilícitos** como furtos, roubos, depredações e abordagens suspeitas;
- **identificação e resposta rápida a ameaças**, permitindo acionamento imediato da Ronda Escolar;
- **organização e controle de tráfego em horários críticos**, reduzindo riscos de acidentes e conflitos;
- **melhoria da percepção de segurança da comunidade escolar e seu entorno**.

O sistema será integrado à Central de Monitoramento da Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania, assegurando vigilância em tempo real, gravação com retenção adequada, registro de incidentes e utilização estratégica das imagens para fins preventivos, investigativos e operacionais.

A visibilidade dos equipamentos também exerce efeito **preventivo e dissuasório**, reduzindo a probabilidade de ocorrência de delitos por reforçar a sensação de vigilância e fiscalização contínua.

Diante do exposto, a instalação das câmeras de videomonitoramento nos acessos das instituições de ensino configura-se como medida necessária e proporcional para a proteção da comunidade escolar, atendendo ao interesse público, ampliando a segurança urbana e contribuindo para a prevenção de riscos sociais e criminais no território municipal.

### 4.3.1 JUSTIFICAÇÃO LEGAL COM BASE NA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E NA LEI Nº 13.675/2018

A instalação das câmeras de videomonitoramento nos acessos e áreas externas das unidades escolares do Município de Pedreira/SP fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela **Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)** e pelo **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)**, instituídos pela **Lei Federal nº 13.675/2018**.

Nos termos do art. 5º da referida Lei, constituem objetivos da PNSPDS, entre outros:

- **a prevenção e redução da violência e da criminalidade;**
- **a integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais;**
- **a utilização de tecnologias como instrumentos de fortalecimento da segurança pública;**
- **a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.**

A contratação proposta está alinhada a esses dispositivos ao adotar solução tecnológica destinada a prevenir riscos, subsidiar ações de patrulhamento e fortalecer a atuação integrada entre os órgãos municipais responsáveis pela proteção social e pela segurança escolar.

O projeto também atende ao art. 9º da Lei 13.675/2018, que estabelece a necessidade de atuação articulada entre entes federados e mecanismos de apoio tecnológico, reforçando o papel do município na prevenção da violência em territórios sensíveis. Ainda, se coaduna com as atribuições municipais previstas na legislação federal que reconhece o papel das Guardas Municipais no ciclo de segurança pública (Lei 13.022/2014), especialmente no apoio às ações preventivas e de proteção de bens, serviços e instalações públicas.

Nesse contexto, o videomonitoramento escolar constitui ação **preventiva, estratégica e integrada**, inserida legalmente no eixo de tecnologias aplicadas à segurança, como previsto na PNSPDS, ao ampliar a capacidade de resposta à ocorrência de fatos delituosos e auxiliar na tomada de decisão e pronta intervenção das forças de segurança do município.

Dessa forma, a implantação do sistema atende ao interesse público e às finalidades legais de promoção da segurança urbana, justificando-se como política pública compatível com o arcabouço institucional e normativo vigente.

### 4.3.2 FUNDAMENTAÇÃO COM BASE NA LEI FEDERAL Nº 13.022/2014 (ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS)

A implantação das câmeras nos acessos das unidades escolares também encontra respaldo na **Lei Federal nº 13.022/2014**, que estabelece o Estatuto

Geral das Guardas Municipais e define suas competências no âmbito da segurança pública.

Nos termos do art. 3º, caput e incisos, a Guarda Municipal atua na proteção de bens, serviços e instalações do município, podendo empregar tecnologias de monitoramento para salvaguardar o patrimônio público e a integridade de usuários dos serviços municipais.

Conforme o art. 4º, a atuação preventiva e a promoção da segurança comunitária são funções institucionais da Guarda Municipal, o que inclui:

- ações integradas voltadas à prevenção da violência e criminalidade;
- cooperação com demais forças de segurança;
- uso de tecnologias para proteção de equipamentos públicos, como unidades escolares.

A utilização do videomonitoramento escolar reforça a atuação preventiva e comunitária prevista na legislação federal, configurando instrumento tecnológico legítimo de apoio às atribuições constitucionais da Guarda Municipal.

#### **4.3.4 FUNDAMENTAÇÃO COM BASE EM MARCOS DE PROTEÇÃO ESCOLAR E DIREITOS DA CRIANÇA**

A implementação do sistema atende ao dever constitucional e institucional da Administração Pública de garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, conforme previsto no **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)**, especialmente no art. 4º, que atribui ao poder público a responsabilidade de assegurar, com prioridade absoluta, a proteção contra qualquer forma de violência e negligência.

De forma complementar, o sistema contribui para a segurança das unidades escolares enquanto equipamentos públicos essenciais, em conformidade com:

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996)**— ambiente escolar seguro como condição para aprendizagem;
- **Normas e políticas municipais de proteção e vigilância escolar** (quando existirem e forem incorporadas ao TR).

Assim, o videomonitoramento justifica-se como solução tecnológica alinhada à política de proteção escolar e à prioridade de salvaguarda de menores, servidores e comunidade.



### 4.3.5 FUNDAMENTAÇÃO COM BASE NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES)

A presente contratação observa os dispositivos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente quanto aos princípios da eficiência, planejamento, motivação, transparência e contratação orientada a resultados (arts. 5º, 11 e 18).

Para este projeto, destacam-se:

- **Art. 6º, XXIII** — admite expressamente a contratação de soluções tecnológicas de segurança e serviços correlatos;
- **Art. 18** — exige planejamento prévio, atendido por este Termo de Referência;
- **Art. 40** — reforça necessidade de motivação e justificativa técnica, aqui explicitada;
- **Arts. 84 a 92** — tratam da execução contratual, testes, aceite e conformidade técnica da solução;
- **Arts. 117 a 119** — tratam da fiscalização e acompanhamento do contrato;
- **Arts. 156 a 168** — tratam das penalidades aplicáveis à contratada, se descumpridos requisitos.

Assim, a contratação se fundamenta legalmente como **medida de interesse público, planejada, motivada e aderente ao arcabouço normativo vigente**.

68.6 Pontos de Captura de Imagem,

## 5. TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS E CÂMERAS DE MONITORAMENTO

O processo de vistoria técnica realizado nas unidades escolares e vias públicas do Município de Pedreira/SP permitiu a análise detalhada das condições operacionais e dos fatores territoriais relacionados à segurança, possibilitando a definição precisa dos pontos de instalação e dos modelos de câmeras necessários.

A análise “in loco” considerou, dentre outros critérios:

- características do fluxo de pedestres e veículos;
- áreas com maior vulnerabilidade ou histórico de risco;
- pontos estratégicos de circulação e acesso às unidades escolares;
- condições de visibilidade, iluminação e cobertura visual;
- rotas de fuga, áreas de sombra e necessidade de sobreposição de ângulos.

A seleção dos pontos localizados nas vias públicas foi conduzida de forma estratégica, com o objetivo de maximizar a abrangência territorial do

monitoramento, priorizando locais com potencial de ocorrência de ilícitos, áreas de grande circulação e setores com deficiência de iluminação ou alto índice de vulnerabilidade.

Cada local foi avaliado de acordo com seu contexto urbano, características físicas, extensão da área monitorada e necessidades específicas de vigilância, resultando na escolha de modelos distintos de câmeras, considerando parâmetros como:

- resolução e ângulo de abertura;
- alcance noturno e sensibilidade (IR, starlight);
- resistência a intempéries e vandalismo (IP e IK);
- compatibilidade com análises inteligentes e padrões ONVIF.

Essa abordagem técnica possibilitou a distribuição eficiente dos equipamentos, garantindo cobertura adequada tanto no entorno das unidades escolares quanto nas vias adjacentes, ampliando a capacidade preventiva e de resposta do Município.

A tabela a seguir apresenta o **quantitativo de câmeras de monitoramento, os respectivos pontos de instalação**, localização e distribuição, conforme o levantamento técnico realizado:

	Unidade de Ensino	Localização	Poste	Caixa Hermética	Câmeras
1	CIMEI Genny Pantaleão Lúcio	22°45'03"S 46°54'54"W	1	1	3
2	Escola Coronel João Pedro de Godoy Moreira	22°44'41"S 46°54'07"W	1	1	4
3	EMEIEF Profª Maria H. F. Armigliato	22°44'45"S 46°54'53"W	1	1	3
4	EMEIEF Professor Arnaldo Rossi	22°44'28"S 46°54'37"W	1	1	5
5	EMEF Profª Maria Elisa Vicentin Pintor	22°44'46"S 46°54'13"W	1	1	3
6	EMEI Neli de Fátima Petean Pozzebom	22°44'54"S 46°53'54"W	1	1	3
7	EMEI Prof. Jorge Mari	22°44'13"S 46°52'52"W	1	1	3
8	EMEIEF Profª Zulmar D. P. Bernardes	22°42'38"S 46°53'43"W	1	2	5
9	CIMEI Wilson Thomazini	22°42'48"S 46°53'33"W	1	1	3
10	EMEIEF Prof. José Jurandyr Piva	22°43'10"S 46°53'51"W	1	1	3
11	CIMEI Antília N. Vicentini	22°43'19"S 46°53'35"W	1	1	4
12	EMEI Gerson Ornelas de Ávila	22°43'40"S 46°53'44"W	1	1	4
13	CIMEI Benedita Lago	22°43'52"S 46°53'47"W	1	1	3
14	EMEI Profª Izaura Mazetto	22°44'01"S 46°53'56"W	1	1	3
15	EMEI São Benedito	22°44'34"S 46°53'54"W	1	1	3
16	CIMEI Jesus Menino	22°44'15"S 46°53'30"W	1	1	4
17	APAE	22°45'05"S 46°54'17"W	1	1	4
18	EMEF Dr. Ailton Policarpo / CIMEI Henriqueta Bróglia	22°44'26"S 46°52'41"W	1	2	8
19	SAMUCA – Atendimento Criança e Adolescente	22°43'21"S 46°53'46"W	1	1	3
20	EMEF Humberto Piva	22°44'31"S 46°53'50"W	1	2	6
21	Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania- CCO	22°44'33"S 46°54'36"W	0	0	0
Totais			20	23	77

## 1. CIMEI Genny Pantaleão Lúcio



22°45'03"S 46°54'54"W

2. **Escola Coronel João Pedro de Godoy Moreira**



22°44'41"S 46°54'07"W

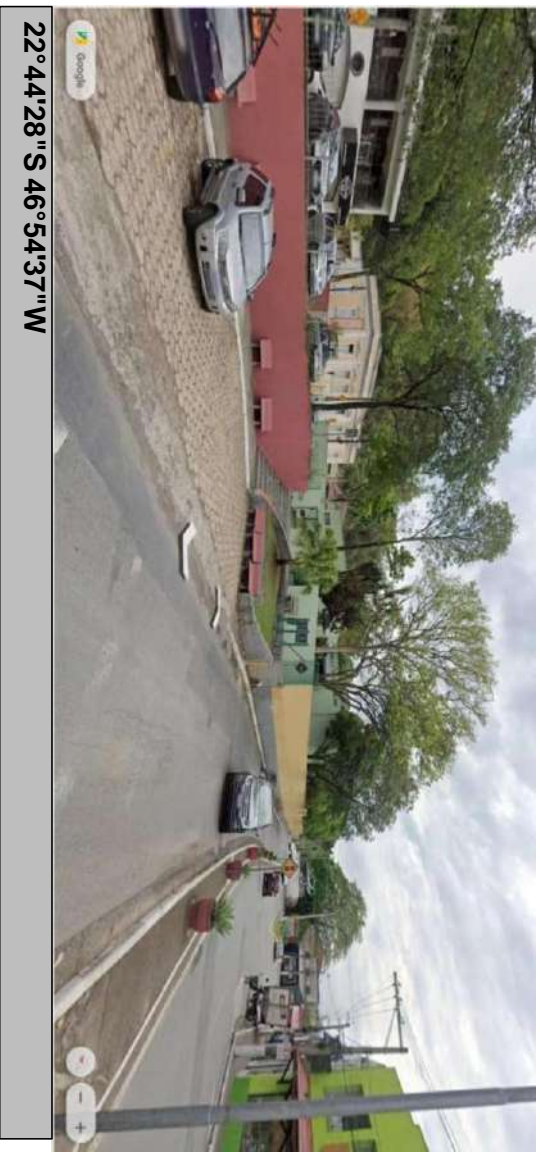
3. **EMEIEF Profª Maria H. F. Armigliato**



22°44'45"S 46°54'53"W



4. **EMEIEF Professor Arnaldo Rossi**



5. **EMEF Profª Maria Elisa Vicentin Pintor**



6. EMEI Neli de Fátima Petean Pozzebom

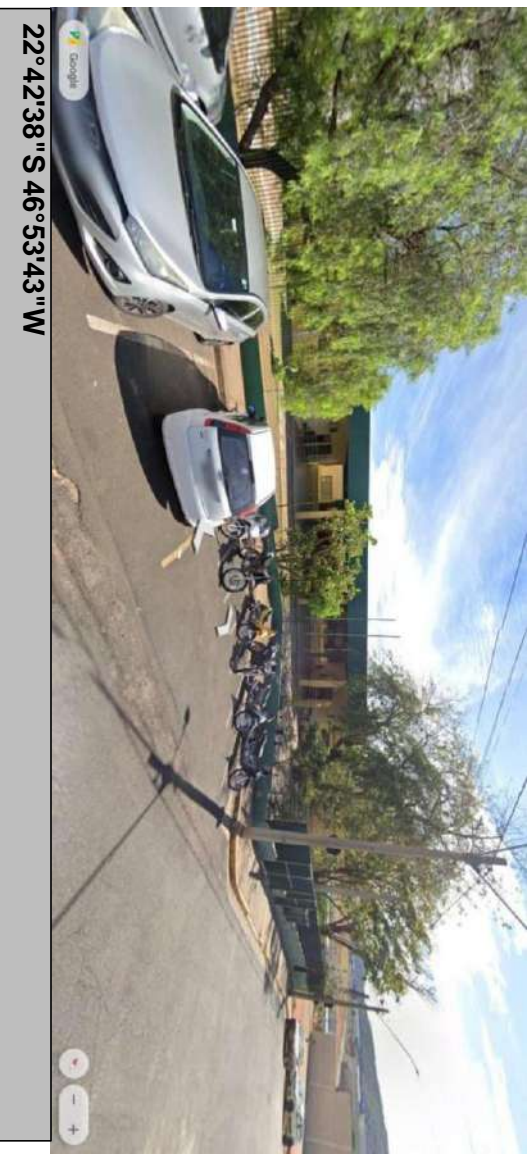


7. EMEI Prof. Jorge Mari





8. EMEIEF Profª Zulmar D. P. Bernardes



22°42'38"S 46°53'43"W

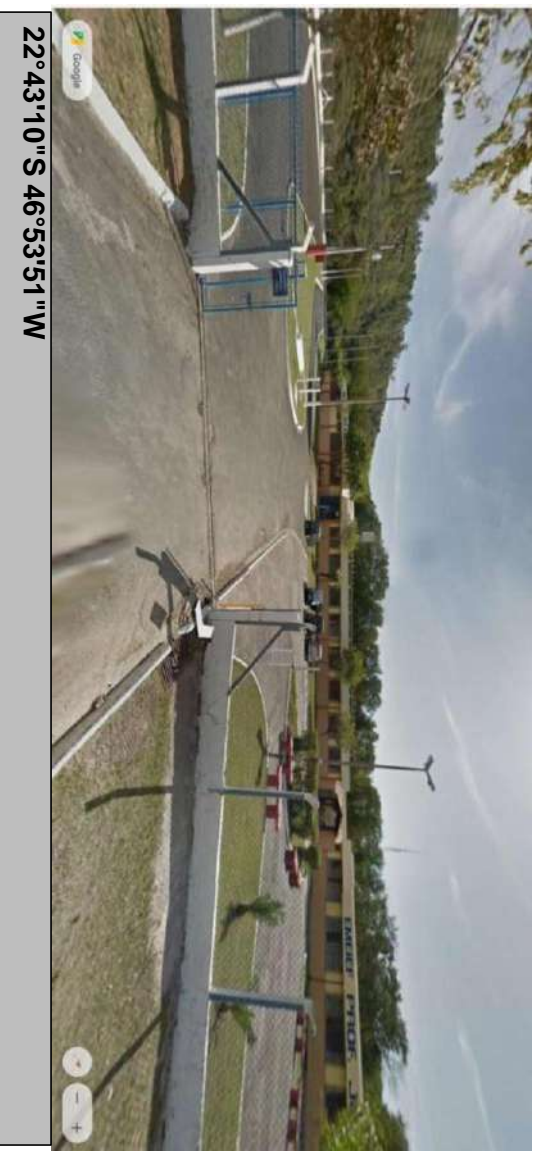
9. CIMEI Wilson Thomazini



22°42'48"S 46°53'33"W



10. EMEIEF Prof. José Jurandyr Piva



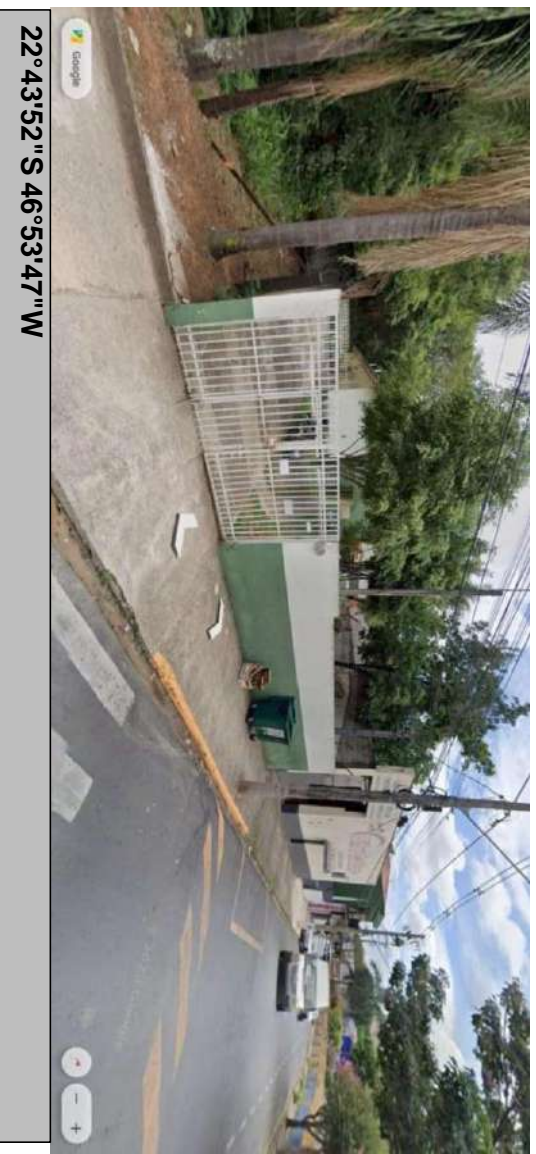
11. CIMEI Antília N. Vicentini



12. EMEI Gerson Ornelas de Ávila

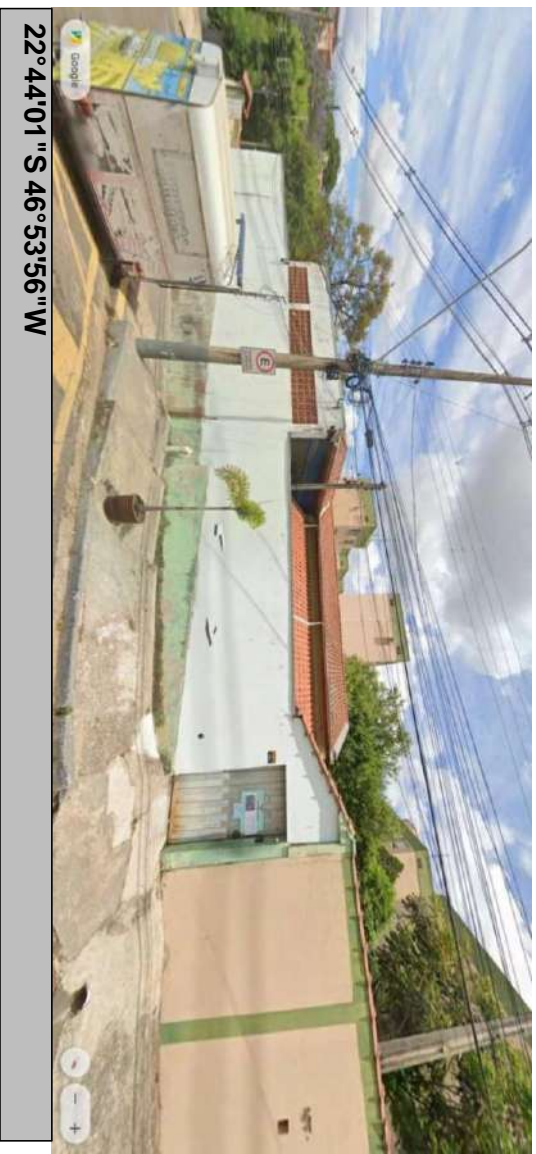


13. CIMEI Benedita Lago



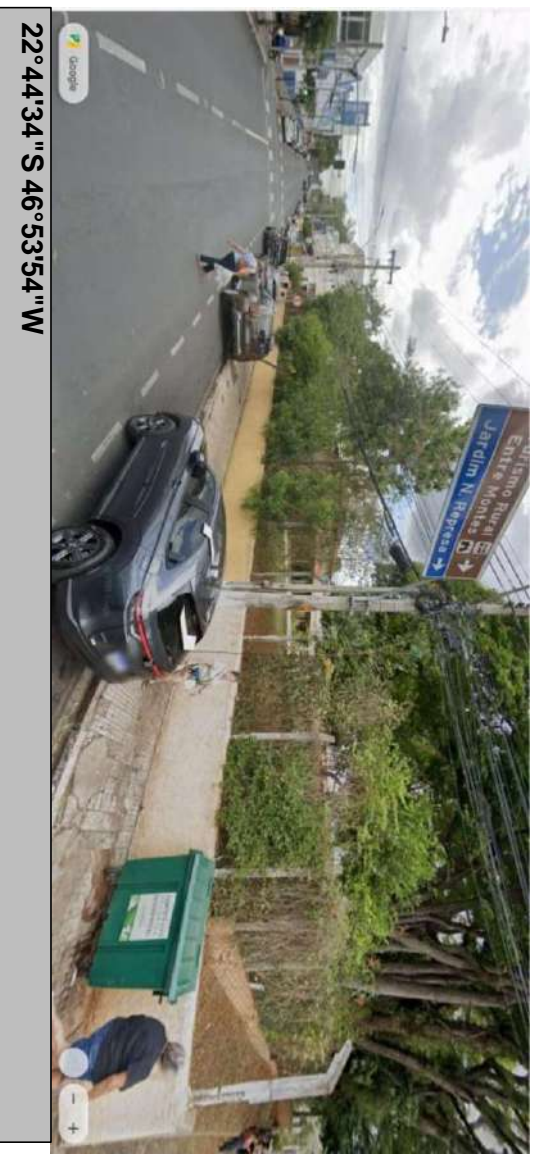


14. EMEI Profª Izaura Mazetto



22°44'01"S 46°53'56"W

15. EMEI São Benedito



22°44'34"S 46°53'54"W

16. CIMEI Jesus Menino



17. APAE





18. EMEF Dr. Ailton Policarpo / CIMEI Henriqueta Bróglia



19. SAMUCA – Atendimento Criança e Adolescente



20. EMEF Humberto Piva



21. Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania- CCO



## 6 TABELA GERAL DE EQUIPAMENTOS

ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO
1	UNID	24	QUADRO TELEBRÁS DE SOBREPOR DE 400 x 400 x 120 mm
2	UNID	24	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A
3	UNID	24	SWITCH NÃO GERENCIÁVEL DE 10 PORTAS GIGABIT ETHERNET COM 8 PORTAS POE E 2 PORTAS UPLINK
4	UNID	24	CALHA DE AÇO COM 8 TOMADAS 2P+T - 250 V, COM CABO



5	UNID	24	TRILHO ELETRIFICADO DE ALIMENTAÇÃO COM 1 CIRCUITO, EM ALUMÍNIO COM PINTURA NA COR BRANCO, INCLUSIVE ACESSÓRIOS
---	------	----	--

6	UNID	24	SUORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 4" MÉDIO (1,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO
7	UNID	24	ABRAÇADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINÁRIAS DE 4"
8	UNID	77	CÂMERAS BULLET
9	UNID	41	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M
10	METRO	1400	CABO ÓPTICO DE TERMINAÇÃO 2 FIBRAS 50/125
11	METRO	700	CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 2 X 2,5mm
12	UNID	5	PROJETOR LASER CURTÍSSIMA DISTANCIA INTERATIVO
13	UNID	1	SERVIDOR CCO
14	UNID	1	CONTROLADOR 2X2 4K VÍDEO WALLCONTROLLER
15	UNID	3	LICENÇAS GERENCIAMENTO ANALÍTICOS - PACKS PARA 32 CÂMERAS
16	UNID	24	CONVERSOR DE MÍDIA (PARES)
17	UNID	4	COMPUTADORES

OBS: Reserva Técnica adicional de cabos em 20 %, já contabilizados acima (itens 10 e 11), conforme em Norma Técnicas.

## 7 NORMAS APLICÁVEIS

consideração as normas brasileiras regulamentadoras (NBR's), as normas regulamentadoras de segurança do trabalho (NR's), quais sejam:

- NBR 5410/2009 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR IEC 62676-1-1/2019 Sistemas de Videomonitoramento para uso em Aplicações de Segurança – Requisitos de sistema- Generalidades.
- ABNT NBR IEC 62676-1-2/2019 Sistemas de Videomonitoramento para uso em Aplicações de Segurança – Requisitos de Sistema – Requisitos de desempenho para transmissão de vídeo.
- NBR 14039/2005 – Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;
- NBR IEC 61643-1/2007 – Dispositivos de proteção contra surtos em baixa tensão;
- ABNT NBR 14565 - Procedimento Básico Para Elaboração De Projetos De Cabeamento De Telecomunicações Para Rede Interna Estruturada.
- ABNT NBR 13487/2012 – Fibras Ópticas tipo multimodo índice gradual – Especificação

- ABNT NBR 13488/2013 - Fibras Ópticas tipo monomodo de dispersão normal - Especificação
- ABNT NBR 14565: Cabeamento Estruturado para Edifícios Comerciais e Data Center

ABNT NBR 16665

- NBR 16489. Sistemas e equipamentos de proteção individual para trabalhos em altura — Recomendações e orientações para seleção, uso e manutenção.
- NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI
- NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade
- NR 35 – Trabalho em Altura;
- Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL n.º 004, de 16 de Dezembro de 2014
- TIA 526-14A: Cabeamento de Fibra Ótica;

## 7. Documentos Anexos


**Anexo 1.** Caderno de Especificações Técnicas;

**Anexo 2.** KMz do Projeto das Escolas;

**Anexo 3.** Pranchas Técnicas em DWG e PDF

**Anexo 4.** Planilhas Caixa

**Anexo 5.** Orçamentos, Atas e Contratos ( para os itens oriundos de composição)

Documento assinado digitalmente  
 **CARLOS ROBERTO DA SILVA**  
 Data: 12/02/2026 11:59:16-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 49F1-C290-1675-085D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LICURGO NUNES COSTA (CPF 465.XXX.XXX-20) em 23/02/2026 16:12:45 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR (CPF 310.XXX.XXX-85) em 23/02/2026 16:13:06 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/49F1-C290-1675-085D>



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

## **24 - QUADRO TELEBRÁS DE SOBREPOR DE 400 x 400 x 120 mm**

Ip54 ESPECIFICAÇÕES:

- Grau de proteção IP54;
- Fecho fenda com lingueta;
- Pintura Bege / Cinza (Cor RAL7032);
- Perfil autoadesivo em E.V.A para vedação;
- Com placa de montagem interna galvanizada Z100 (removível);

DIMENSÕES DA CAIXA:

- Altura: 400mm (40cm);
- Largura: 400mm (40cm);
- Profundidade Mínima: 120mm (12cm);



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

## **24 - DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A -**

Número de pólos 2 Corrente nominal In 25A

Tensão nominal de isolamento máxima Eu 415V Curva de disparo C

Tipo de produto Automático

Tecnologia da unidade de disparo Termomagnético Frequência nominal 60Hz



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

**24 - SWITCH NÃO GERENCIÁVEL DE 10 PORTAS GIGABIT ETHERNET COM 8 PORTAS POE E 2 PORTAS UPLINK**

8 portas Gigabit Ethernet PoE e 2 portas Uplink, sendo 1 delas SFP  
Portas RJ45 Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps

Plug & Play

Alimentação POE transmissão de dados em longo alcance (250 m).

Alimentação Entrada: 100-240 Vac / 50-60 Hz (Bivolt Automático)

Garantia do fabricante: 12 meses



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

**24 - CALHA DE AÇO COM 8 TOMADAS 2P+T - 250 V, COM CABO**



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

**24 - TRILHO ELETRIFICADO DE ALIMENTAÇÃO COM 1 CIRCUITO, EM ALUMINIO COM PINTURA NA COR BRANCO, INCLUSIVE ACESSÓRIOS:**



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

**24 - SUPORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 4" MÉDIO (1,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO**



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

**48 - ABRAÇADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINÁRIAS DE 4"**





FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

## 77 - Câmeras Bullet

Resolução 5 MP

Sensor CMOS – 1.2" progressive scan Sensibilidade: 0.009 lux / F1.5 colorido Sensibilidade: 0.005 lux / F 1.5 preto e branco Infravermelho mínimo 40m Starlight

Cartão micro SD

Inteligência Artificial embarcada:

Deteção facial com metadados Contagem de pessoas

Compatibilidade para busca inteligente em gravações Índice de proteção IP67 e IK10 Deteção de movimento Até 4

áreas<sup>2</sup> Região de interesse Até 4 áreas Máscara de vídeo Até 4 áreas

Compressão de vídeo H.265/ H.264/H.264H/H.264B/MJPEG<sup>3</sup> Compressão de vídeo inteligente (H.265+)

Quantidade de Stream mínimo de 3 Taxa de frames 1 a 30 FPS Controle de taxa de bits CBR / VBR Taxa de bits H.264: 8kbps a 8192

kbps H.265: 8kbps a 8162 kbps MJPEG: 40

kbps a 6144 kbps

Modos de vídeo Automático / Colorido / Preto e Branco Perfil Dia e Noite Agendamento, Dia e Noite

Rotação de imagem compatível com descrições acima Redução de Ruído (3D DNR)



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

**41 - POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M.**



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

**1400 mts - CABO ÓPTICO DE TERMINAÇÃO, 2 FIBRAS, 50/125  $\mu$ m - USO INTERNO/EXTERNO.**



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

**700 mts de CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 2 x 2,5 mm<sup>2</sup>, ISOLAMENTO 0,6/1 kV - ISOLAÇÃO HEPR 90°C**



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

### **5 - Projetor Laser Curtíssima Distancia Interativo**

Projetor Laser Curtíssima Distancia Interativo com no mínimo 4100 lumens Bivolt Resolução WXGA de 1280 x 800 pixels (formato 16:10), compatível com 4:3 e 16:9. Tecnologia 3 chips 3LCD com fonte de luz a laser;

Vida útil mínima 20.000 h (modo normal) / 30.000 h (modo ECO). Contraste dinâmico de até 2.500.000:1

Tamanho da imagem mínima de 65" a 100" a partir de distância ultracurta.

Interatividade;

Projeção interativa com mínimo de 2 canetas.

Mínimo de 6 usuários simultâneos (com módulo de toque opcional). Funcionalidade de lousa digital autônoma: escrever, salvar, enviar e imprimir sem PC. Calibração automática.

## Anexo I – Especificações Técnicas

Portas de entrada HDMI: 3x.

Vídeo RCA In (Amarelo x 1). Entrada de Áudio Stereo Mini: 3x. Saída de Áudio Stereo Mini: 1x.

Entrada para Microfone: 1x Stereo Mini.

1x USB Tipo A (5 V, 2 A) compatível para memória USB/câmera de documentos. 2x USB Tipo-B (Display USB com áudio e interatividade).

1x RS-232c.

Saída para Monitor/Computador: 1x D-Sub 15 pin. Computador: 1x D-Sub 15 pin.

LAN sem fio integrada:

802.11b/g/n/ac. Entrada Sync. Interativa Stereo Mini. Saída Sync. Interativa Stereo Mini.

Porta de Conexão da Unidade de Toque (TCH). Plug elétrico tipo B (3 pinos)

Conexões 1x USB-A 2x USB-B 3x HDMI 2x D-Sub 1x RS-232C 1x LAN Resolução 1280 x 800 (WXGA)

Áudio 16W (mono)

Energia / Voltagem 110-220V - 50/60Hz



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

### 01- SERVIDOR CCO - Servidor Principal tipo Rack Gabinete

1. Gabinete para montagem e uso em rack padrão EIA de 19" através de sistema de trilhos deslizantes;
2. Altura de, no máximo, 2U (duas unidades de rack);
3. Deve possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;
4. Possuir display ou leds embutido no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de funcionamento dos componentes internos, tais como exibição de alertas de funcionamento dos componentes internos, tais como falhas de memória RAM, fontes de alimentação, disco rígido e ventilador; falhas de memória RAM, fontes de alimentação, disco rígido e ventilador;
5. Deve possuir suporte de no mínimo 8 (oito) baias para instalação de discos rígidos de 2.5 polegadas;
6. Deverá ser entregue junto com o servidor, um kit de fixação para rack do tipo retrátil, permitindo o deslizamento do servidor e a organização dos cabos de alimentação e dados a fim de facilitar sua manutenção;
7. Deverá acompanhar todos os acessórios (trilhos, suportes, conectores, parafusos, roscas, porcas-gaiola, organizador de cabos, etc) próprios para a montagem em racks de 19";
8. Deve possuir sistema de ventilação redundante, hot-swap ou hot-pluggable para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento, e que permita a substituição mesmo com o equipamento em funcionamento.

### FONTE DE ALIMENTAÇÃO

## Anexo I – Especificações Técnicas

1. Mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes;
2. As fontes devem ter a menor potência necessária para atender as configurações do equipamento a ser entregue;
1. O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador;
2. A placa-mãe deve vir com Chip TPM 2.0 instalado e operacional;
3. Possuir, no mínimo, 2 (dois) slots PCI Express 3.0 ou superior livres após a configuração final do servidor;
4. Placa-mãe da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;
5. A interface LOM deverá suportar placas com interfaces de 1Gbps.  
A placa-mãe deverá, no mínimo, suportar a potência dos processadores;

### CONTROLADORA DE VÍDEO

1. As duas fontes devem possuir a mesma potência e tensão de entrada;
2. Deverá ser fornecido com a quantidade de fontes necessária para garantir o funcionamento do equipamento com redundância em caso de falha;
3. As fontes deverão ser redundantes, hot-swap ou hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;
4. As fontes devem possuir tensão de entrada de 200VAC a 240VAC, com ajuste automático de tensão; a) Caso a fonte seja bivolt, deverá possuir ajuste automático de tensão;
5. Deverá acompanhar cabo de alimentação padrão NBR14136 para cada fonte de alimentação fornecida.

### PROCESSADOR

1. Equipado com 2 (dois) processadores físicos simétricos, com arquitetura x86\_64 e suporte a virtualização;
2. Cada equipamento deve possuir, no máximo, 48 (quarenta e oito) núcleos físicos, igualmente distribuídos entre o número de processadores físicos.
3. Deverá implementar mecanismos de gerenciamento do consumo de energia compatível com o padrão ACPI v4;
4. Deve suportar conjunto de instruções estendido compatível com padrão Deve suportar conjunto de instruções estendido compatível com padrão AVX-512;
5. Frequência nominal de clock interno de, no mínimo, 2,50 ghz;
6. Energia Térmica de Projeto ou Thermal Design Power (TDP) limitado a, no máximo, 300W;
7. Controladora de memória com suporte a DDR4 ou superior, de no mínimo 2666 mhz, oferecendo no mínimo 6 canais de memória;
8. Link de comunicação do processador com o restante do sistema de 10 GT/s;
9. Memória cache L3 igual ou superior a 35,75 MB;
10. Deverá ser fornecido o modelo de processador, em configuração suportada pelo módulo fornecido, que não poderá constar na lista de fim de vida (eol) ou de vendas (eos) nos próximos 06 (seis) meses à data de abertura do certame.

## DESEMPENHO

1. O processador ofertado deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado de no mínimo 300 para o equipamento ofertado. Os índices SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) utilizados como referência serão validados junto ao site <http://www.spec.org/Standard Performance Evaluation Corporation>. Não serão aceitas estimativas para modelos / famílias de processadores não auditados pelo SPEC, resultados obtidos com a utilização de servidores em cluster, bem como estimativas em resultados inferiores ao mínimo especificado;
2. Não será aceito modelo de servidor não auditado pelo Standard Performance Evaluation Corporation ou auditado antes de 2020.

## MEMÓRIA RAM

1. Ser equipado com, no mínimo, 1,5 TB (um e meio terabyte) de memória utilizando módulos de 64 GB do tipo DDR-4 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM). Tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code) e velocidade de, no mínimo, 2666 mhz;
2. Deve possuir no mínimo 28 slots de memória DIMM;
3. Suportar expansão de memória RAM para no mínimo 3 TB (três terabytes);
4. Só será aceita memórias do tipo LRDIMM ou RDIMM para a funcionalidade de memória RAM.

## CIRCUITOS INTEGRADOS (CHIPSET) E PLACA-MÃE

1. Deve ser do tipo on-board (integrado na placa-mãe);
2. Capacidade da memória cache de vídeo ou da placa de vídeo: mínimo de 16 MB (dezesseis megabytes);
3. Resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior.
4. Deve possuir uma interface de vídeo para conexão de monitor de vídeo.

## BIOS E SEGURANÇA

1. A BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;
2. A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço;
3. A BIOS deve possuir opção de criação de senha de acesso, senha de administrador ao sistema de configuração do equipamento;
4. Deve ser atualizável por software;
5. As atualizações de BIOS/UEFI devem possuir (assinatura) autenticação criptográfica segundo as especificações NIST SP800- 147B e NIST SP800-155.
6. Deve possuir funcionalidade de recuperação de estado da BIOS/UEFI a uma versão anterior gravada  
Em área de memória exclusiva e destinada a este fim, de modo a garantir recuperação em caso de eventuais falhas em atualizações ou incidentes de segurança.
7. Deverá emitir alerta de abertura do gabinete;

## PORTAS DE COMUNICAÇÃO

1. Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou



## Anexo I – Especificações Técnicas

símbolos;

2. Possuir 3 (três) interfaces USB sendo, no mínimo uma destas interfaces no padrão 3.0;
3. Possuir, no mínimo, 2 (duas) portas de vídeo padrão VGA (DB-15) ou Displayport, uma localizada na parte frontal do gabinete e outra na parte traseira do gabinete;

### INTERFACE DE REDE 10GBPS

1. Possuir no mínimo: 02 (duas) interfaces de rede 10/25Gb SFP+ e 2 (duas) interfaces de rede de no mínimo 1000 Mbps metálica (RJ-45);
2. Deve ser padrão PCI ou rndc (Network Daughter Card) padrão GEN3 x8 ou superior;
3. Deve suportar substituição em campo sem a necessidade de troca da placa-mãe;
4. Suportar taxa de transferência de 10Gbps;
5. Deverão ser entregues 04 (quatro) transceivers SFP+ 10gbase-SR;

### CONTROLADORA RAID

1. Controladora RAID, compatível com discos rígido padrão SAS 12Gb/s e SATA 6Gb/s;
2. Memória cache de, no mínimo, 4 GB (quatro gigabytes) sendo que esta quantidade total de memória cache poderá ser atendida através de uma ou no máximo duas placas instaladas no servidor;
3. Suportar e implementar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60;
4. Suportar expansão de capacidade de formatação on-line;
5. A controladora RAID deverá possuir quantidade de canais para atender a todos os discos do chassi ofertado;
6. Permita detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;
7. Deverá permitir a operação em modo RAID e pass-through em discos distintos. Ou fornecer controladora RAID e controladora pass-through;
8. Suporte a recursos de hot-swap para as unidades de disco rígido;
9. Suportar implementação de disco Global Hot-spare;
10. Suportar migração de nível de RAID;
11. Suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART).

### ARMAZENAMENTO

1. No mínimo 2 (duas) interfaces SAN de, no mínimo, 16 Gbps (dezesesseis gigabits por segundo), do tipo SW (multimodo);
2. As interfaces SAN deverão ter compatibilidade para operar, de forma automática, em rede de 8 Gbps (oito gigabits por segundo).
3. Deve ser fornecida com 02 (dois) transceivers compatíveis com as interfaces instaladas;
4. Conectores no padrão LC;
5. Armazenamento bruto (raw) composto por, no mínimo, 08 (oito) unidades do dispositivo de armazenamento de dados do tipo SAS (Serial Attached SCSI) de, no mínimo, 2.4 TB (terabytes) cada disco;
6. Deve ser do tipo hot plug ou hot swap, que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;
7. Dispositivos de armazenamento padrão SAS com as seguintes características:
  - a) Deve ser do tipo SAS;
  - b) Formato de 2.5";

## Anexo I – Especificações Técnicas

- c) Capacidade de 2.4 TB;
- d) Deve ser do tipo HOT-SWAP (troca sem a necessidade de desligar o equipamento).
- 8. Deve suportar funcionalidade de apagar todos os dados do disco através da BIOS do equipamento;
- 9. Para a instalação de virtualizador (hypervisor), cada equipamento deverá possuir, no mínimo, 2 (dois) módulos de armazenamento espelhados, com capacidade de, no mínimo, 240 GB ou Gib (duzentos e quarenta gigabytes ou gibibytes) cada. Para esta finalidade não serão aceitos discos rígidos mecânicos (com 7.200 rpm, 10k rpm ou 15k rpm).  
Não serão aceitos discos em gabinetes externos ao servidor;

### SISTEMA OPERACIONAL

- 1. O servidor deverá ser ofertado SEM sistema operacional;
- 2. O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo website, download gratuito de todos os Drivers dos dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado;
- 3. Apresentar declaração do fabricante informando que todos os componentes do objeto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estão fora de linha de fabricação;
- 4. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2019 ou superior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <http://www.Windowsservercatalog.com>;
- 5. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema de virtualização vmware esxi 6.7 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do Compatibility Guide da vmware no link: <http://www.vmware.com/resources/compatibility>.

### GERENCIAMENTO E INVENTÁRIO

- 1. O equipamento deve possuir solução de gerenciamento do próprio fabricante através de recursos de hardware e software com capacidade de prover as seguintes funcionalidades:
- 2. No mínimo 1 (uma) interface para gerenciamento via console.
- 3. O idioma da Interface de Gerência/BIOS deve ser Português do Brasil ou Inglês;
- 4. Deve ter funcionalidade de verificação de Firmware assinado digitalmente.
  - 5. No mínimo 1 (uma) porta de gerência dedicada, com conector RJ-45, 1 Gbps (um gigabit por segundo), compatível com TCP/IP. Essa interface pode ser compartilhada com outras interfaces de 1Gbps.
- 6. As interfaces SAN deverão ter compatibilidade para operar, de forma automática, em rede de 8 Gbps (oito gigabits por segundo).
  - 7. Possuir software de gerência, com capacidade de gerenciamento remoto de um único equipamento (1:1) e vários equipamentos (1:N);
- 8. Permitir visualização remota da tela e controle de teclado e mouse do servidor em padrão web (deve usar HTML5);
  - 9. A interface de gerenciamento deve contar com mecanismo de hardware, com software embutido, com suporte a Console Remota e controle do power button do servidor;
  - 10. A interface de gerenciamento deve possuir o recurso de recuperação automática do equipamento, que reinicia o equipamento em caso de travamento do sistema operacional ou hypervisor;
- 11. Deve possibilitar a detecção de Intrusão do Chassi, pela BIOS, interface de gerência ou outra funcionalidade da própria máquina.

## Anexo I – Especificações Técnicas

1. O equipamento deve possuir interface de rede dedicada para gerenciamento que suporte nativamente a atribuição de endereçamento IP dinâmico;
2. Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, nics e ventiladores;
3. Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI;
4. Emitir alertas de anormalidade de hardware através do software de e suportar o encaminhamento via e-mail e trap SNMP;
5. Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;
6. Deverá suportar autenticação de 2 fatores;
7. Permitir o controle remoto da console do servidor do tipo virtual KVM out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;
8. Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;
9. As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistema operacional;
10. A console virtual deverá ser acessível via interface HTML5 ou caso necessite de algum tipo de plugin licenciado, por exemplo JAVA deverá ser fornecido o licenciamento por pelo menos 5 anos;
11. Suportar os protocolos de gerenciamento, IPMI e SNMP v1,v2c,v3, WMI, SSH, WS MAN e REDFISH;
12. Permitir customizar alertas e automatizar a execução de tarefas baseadas em script;
13. Deverá possuir integração com vmware vcenter e Microsoft System Center;
14. Interface de gerência baseado em HTML5;
15. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada;
16. Possuir informações de garantia e apresentar via relatório e ou scorecard, listando o tipo de garantia e data limite, em caso de limite informar via e-mail de forma automatizada para que seja possível ação da contratante;
17. Permitir a detecção de pré-falhas dos componentes de hardware;
18. Realizar a abertura automática de chamados sem intervenção humana, diretamente ao fabricante dos equipamentos em caso de falha de componentes de hardware;
19. Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;
20. Deve possuir recurso remoto que permita o completo desligamento e reinicialização (Hard-Reset) remoto do equipamento através da interface de gerência ou através de solução alternativa (Hardware/Software);
21. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos; Permitir acesso do tipo Console Virtual, do mesmo fabricante dos servidores ofertados, que permita gerenciar, monitorar e configurar parâmetros físicos dos

22. servidores de forma remota e centralizada;
23. O software de gerenciamento deve realizar descoberta automática dos servidores, permitindo inventariar os mesmos e seus componentes;
24. Deve possuir funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando, no mínimo discos físicos (hdds), discos criptografados (seds) e dispositivos de memória não volátil (ssds e nvme);
25. Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local;
26. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem ser possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade da mesma;
27. Deverá possuir relatórios de status de garantia via interface de gerência;
28. O fabricante do equipamento deve ser membro na condição de BOARD do Distributed Management Task Force (DMTF), devendo constar no site <https://www.dmtf.org/about/list>;
29. O fabricante do equipamento deve ser membro na condição de PROMOTER do Grupo Unified Extensible Firmware Interface Forum (UEFI) - devendo constar no site <https://uefi.org/members>.

## SUPORTE E GARANTIA

O equipamento deverá possuir garantia e suporte para hardware e softwares, de 48 (quarenta e oito) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

1. A garantia deverá contemplar todas as ações pertinentes ao retorno da operação integral do equipamento no caso de defeito ou vício, não resultando em custos extras à CONTRATANTE;
2. Tempo de reparo para falhas de hardware: ciência do problema de até 4 (quatro) horas, bem como, no máximo 10 (dez) dias úteis para substituição da peça, se necessário, após a abertura do chamado pela CONTRATANTE;
3. Atendimento no local: 8 horas por dia, 5 dias por semana;
4. Fornecer suporte técnico remoto: 24/7 (24 horas por dia e sete dias por semana);
5. Deverá ser disponibilizado link do site do fabricante através do qual seja possível consultar a garantia contratada.
6. Todas as peças utilizadas na montagem do equipamento devem ser oficialmente homologadas pelo Fabricante, sendo assim cobertas por sua garantia;
7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;
8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do bem pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;
9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo bem, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;
10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
11. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição do bem que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data

de retirada do equipamento das

Dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada;

12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### 3. CERTIFICADOS

Quando aplicável, deverá ser entregue no dia do pregão a certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 e/ou IEC62368, Energy Star e INMETRO. Essas certificações são obrigatórias para todos os componentes do servidor, independentemente da presença de sistema operacional.

#### 3.1. Outros:

Deverá ser apresentada Declaração de Não Ocorrência de Registro de Oportunidade, conforme item 1.7 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

Quando o Licitante não for o próprio fabricante dos equipamentos ofertados, deverá apresentar declaração do Fabricante;

Os componentes do equipamento deverão ser homologados pelo fabricante. Não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento;

Deverá conter quantidades seguras de, pelo menos, as seguintes substâncias: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (pbbs), éteres difenil-polibromados (pbdes) e chumbo (Pb). Deverão atender aos requisitos de segurança para o usuário e instalações e compatibilidade eletromagnética da Portaria Inmetro nº 170, de 10 de abril de 2012, em atendimento aos itens a) e b) do inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, de acordo com a Orientação Normativa/SLTI nº 01, de 20 de agosto de 2015. Frequência nominal de clock interno de, no mínimo, 2,50 ghz; 2,00ghz

Ser equipado com, no mínimo, 1,5 TB (um e meio terabyte) de memória utilizando módulos de 64 GB do tipo DDR-4 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM) com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code) e velocidade de, no mínimo, 2666 mhz; total verificado 1,024TB

Armazenamento bruto (raw) composto por, no mínimo, 08 (oito) unidades do dispositivo de armazenamento de dados do tipo SAS (Serial Attached SCSI) de, no mínimo, 2.4 TB (terabytes) cada disco;



## Anexo I – Especificações Técnicas

Deve ser do tipo hot plug ou hot swap, que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;

Dispositivos de armazenamento padrão SAS com as seguintes características: Deve ser do tipo SAS; Formato de 2.5"; Capacidade de 2.4 TB;



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

### 01 - CONTROLADOR 2X2 4K VIDEO WALLCONTROLLER

#### Descrição

Dispositivo físico que permita a junção de uma série de monitores ou projetores conectados para exibição de imagem ampliada. Que auxilie na conexão desses expositores ou projetores, empilhados ou enfileirados, para formar uma matriz onde dados de áudio e vídeo são transmitidos. Executando a função de controlar o Vídeo Wall e auxiliando na preparação de salas para monitoramento, espaços de ensino, ou em outros ambientes corporativos.

#### Especificações técnicas

Entrada: Suportam 3840x2160/60HZ 4K; Saída:1920x1080/60hzfull HD;

Conexões para 04 painéis ou projetores diferentes, e que permita várias combinações de exibição no Display;

Indicador luminoso de funcionamento, e de conexão com o projetor ou tela; Controle remoto e teclas que alteram o modo de exibição no painel;

Dispositivo no painel para seleção rápida da fonte de sinal HDMI (entrada/saída); Dispositivo no painel para reset rápido e redefinição do controlador de vídeo Wall; Conexão através de portars232, para conexão de porta serial do controlador; Leitor de cartõesd, para atualização da entrada da fonte de sinal;

Porta Ethernet, para conexão de rede com fio;

Entrada para antena WIFI(ANT), para conexão de rede sem fio;

Entradas USB2.0, para conexão de periféricos como teclados, mouse e outros; Entrada R/L para fone de ouvido (3,5mm), saída estéreo de áudio analógico; Acesso para fibra óptica, porta para saída de áudio digital estéreo; Recepção de sinal infravermelho, para uso do controle remoto (IR);

Sistema plug and play, sem a necessidade de instalação de software adicional.

Entrada: DVI/HDMI

Saída: 4 saídas HDMI/1 saída de áudio de 3.5mm (P2) Conexão HDMI

Versão do HDMI: 2.0

Formato de entrada: YUV422 16bits, RGB444 24 bits

Resolução de entrada: 1920x1080p 25/30/50/60HZ/3840x2160p 24/30HZ

Resolução Suportada (HDMI): 1920x1080p, 3840x2160 Engia: DC12V/2A –

Bivolt Controle Remoto



## **FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA LICENÇAS GERENCIAMENTO ANALITICOS**

### **Sistema Base**

#### **03 packs - Licenças gerenciamento analiticos sistema base: - pack para gerenciamento de analíticos de vídeo borda para 32 câmeras**

O software VMS em questão oferece um amplo conjunto de funcionalidades para aprimorar a Gestão de dispositivos de segurança, com suporte a dvr's, nvr's, codificadores analógicos e Câmeras IP, permitindo conexão simultânea. Ele suporta múltiplos formatos de vídeo, incluindo H.265, H.264, MPEG-4 e M-JPEG, e Possibilita gravação contínua, por detecção de movimento, por eventos, agenda de gravação e Gravação manual, utilizando streams independentes para visualização e gravação. O Armazenamento pode ser realizado localmente, em dispositivos NAS, ou diretamente na edge, Com cartões de memória nas câmeras, além de permitir replicação automática ou manual para Maior segurança dos dados.

O VMS permite o uso de múltiplos monitores para configurar dispositivos, buscar

Imagens e manter o monitoramento em tempo real sem interrupções. Esse monitoramento em Tempo real acontece simultaneamente às gravações, com suporte a alertas de alarme, Detecção de movimento, inteligência de vídeo e reprodução simultânea.

O software conta com funcionalidades avançadas, como detecção de objetos, Contagem de pessoas, mapa de calor, reconhecimento facial, detecção de objetos

Abandonados ou removidos, análise de fluxo, além de detectar situações específicas como Fogo, fumaça, armas, utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e outros Comportamentos relevantes.

A segurança é reforçada por meio de logs detalhados das ações, controle granular de Permissões dos usuários, autenticação dupla e autenticação HTTP Digest para conexões HTTP, assegurando o controle rigoroso do acesso e operação do sistema.

A interface web oferece visualização ao vivo, pesquisa, exportação de imagens e Vídeos em diversos formatos (JPEG, PDF, EXE, AVI, MP4, MKV), criação e edição de Mosaicos, notificações e controle de eventos.

O software permite conexões por unicast e multicast, com failover automático para Garantir alta disponibilidade e estabilidade da rede. Além disso, incorpora funcionalidades de Mapeamento digital e hierárquico, com mapas interativos, plantas baixas e mapas online para Facilitar a localização e o gerenciamento dos dispositivos.

O monitoramento dos servidores é eficiente, com alertas para falhas, uso elevado de Disco e CPU, possibilitando ações preventivas.

A gravação local é totalmente automatizada, dispensando intervenção do usuário, o que assegura a continuidade da captura das imagens mesmo em situações adversas. Além disso, o software foi desenvolvido com foco no melhor gerenciamento de

Memória para sistemas operacionais de 64 bits e faz uso da aceleração por hardware de Placas de vídeo compatíveis, melhorando o desempenho geral da aplicação.

O sistema é compatível com protocolos padrões do mercado como ONVIF e RTSP,

Possui descoberta automática de dispositivos, e o licenciamento é feito de forma automática Pela internet ou manualmente por arquivo.

Dessa forma, esta solução apresenta um robusto e completo conjunto de Funcionalidades técnicas, que permitem otimizar a gestão e a segurança dos dispositivos

Monitorados. O software existente no mercado, o qual comporta a Estrutura de câmeras e uma futura ampliação.



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

### **24 - PARES CONVERSOR DE MÍDIA**

1 Unidade lado A e 1 Unidade lado B

Padrões e protocolos: IEEE 802.3ab, IEEE 802.3z, IEEE 802.3x; Funções básicas: Controle de Fluxo Full Duplex (IEEE 802.3x);

Interfaces: 1 porta Gigabit SFP, 1 porta RJ45 10/100/1000M (Auto MDI / MDIX); Comprimento de onda: depende do módulo SFP utilizado;

Network Media 1000BASE-X: Módulo SFP Multimodo (MM) / Monomodo (SM); Network Media 1000BASE-T: Cabo UTP categoria 5, 5e, 6 (máximo 100m); EIA/TIA-568 100Ω STP (máximo 100m);

Fonte de energia: adaptador de alimentação externa, entrada 100-240v, saída 9v/ 0,6A; LED: power (ligado), Link e Act (atividade);

Certificações: FCC, CE;

Conteúdo da embalagem: conversor de mídia, adaptador de energia, guia de instalação; Garantia mínima: 12 meses.



FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA

#### **04 - COMPUTADORES**

Processador: número mínimo de núcleos 6 total de threads 12, frequência max 4.60 ghz frequência base do processador 3.20 ghz

Cache 12 mb, velocidade do barramento 8 gt/s tdp 65w;

Placa mãe: compatível com ddr4 3600 mt/s, compatível com sata iii, 2 saídas usb 2.0, 2 saídas usb 3.1; memória: ddr4 32ghz (kit com 2 x 16ghz): velocidade da memória 3600mt/s, latência 18-22-22, 1.35v; placa de vídeo dedicada: vram de 8gb gddr6, 128 bits, mínimo de 2304 cuda cores (modelo referência rtx3050 ou

Similar); armazenamento: ssd 1tb, sata iii, 6gb/s, velocidade de leitura: até 535 mb/s, velocidade de gravação: até 515 mb/s; monitor: 27", curvo, acima de 160hz, raios de 1500mm, full hd, tempo de resposta 1ms, painel de led va; fonte 500w (real); sistema operacional: windows 11 home pro language. Componentes adicionais: teclado e mouse

Garantia on site: mínima de 12 meses



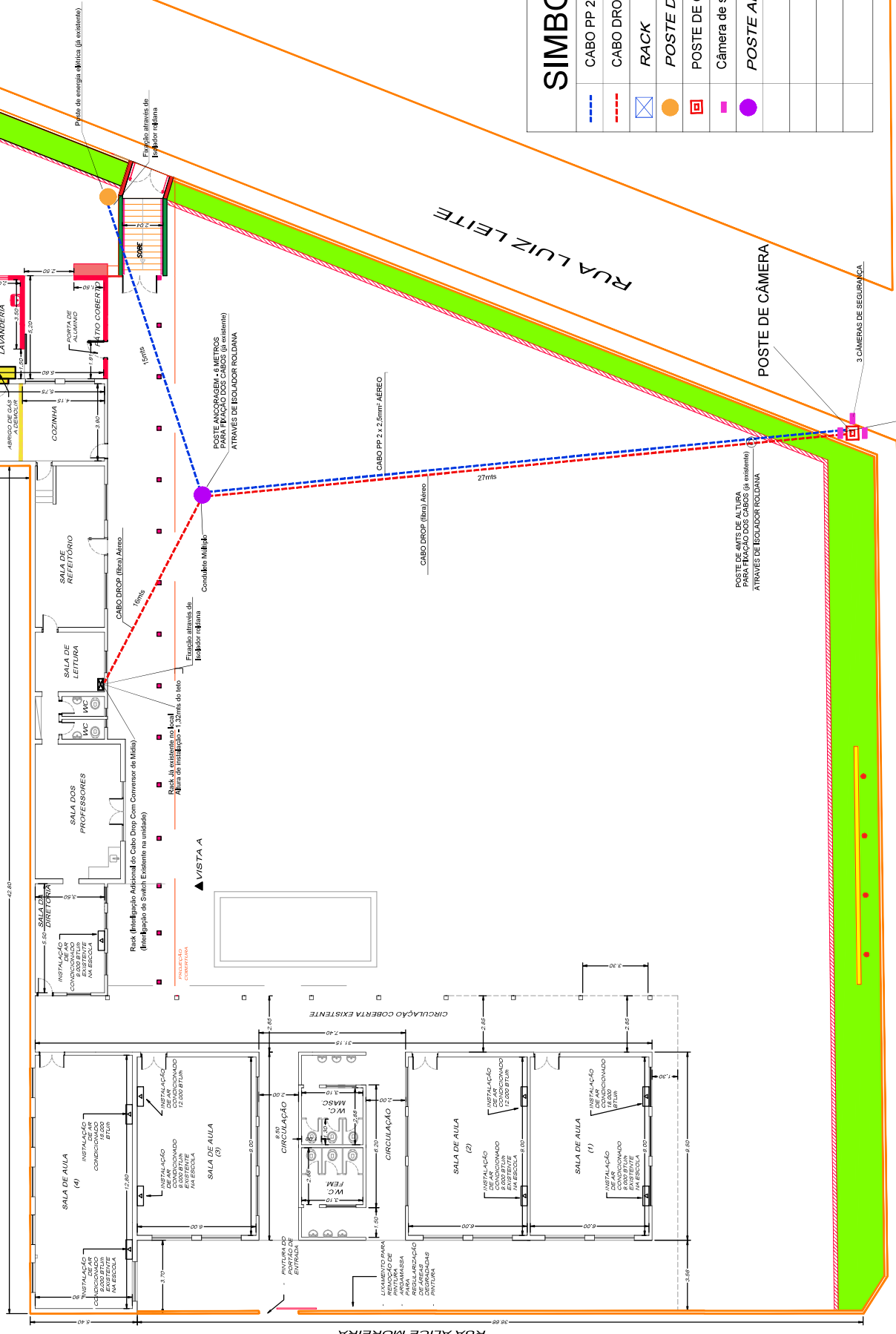
Documento assinado digitalmente

CARLOS ROBERTO DA SILVA

Data: 11/02/2026 20:24:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TRAVESSA SÃO BENEDITO



RUA ALICE MOREIRA

RUA LUIZ LEITE

PLANTA BAIXA CRECHE SÃO BENEDITO  
ESCALA 1/100

RUA ANTONIO PEDRO

Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1>

SIMBOLOGIA		UND
	CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO - 42,00 M	
	CABO DROP 1 Via - 43,00 M	
	RACK	
	POSTE DE ENERGIA	
	POSTE DE CÂMERA	
	Câmara de segurança	3
	POSTE ANCORAGEM 6 M	

FECHAMENTO EM GRADIL E CONSTRUÇÃO DE NOVO ESPAÇO DE LAVANDERIA

PROPOSTA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

PROJETO: AMPLIAÇÃO DO GRADIL E CONSTRUÇÃO DE NOVO ESPAÇO DE LAVANDERIA

LOCAL: RUA ANTONIO PEDRO - CENTRO - PEDREIRA SP

PROJETO: 01/2025

PROJETO: 01/2025

PROJETO: 01/2025

ESPÍLIO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

FABRIL NUNES COSTA

PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA

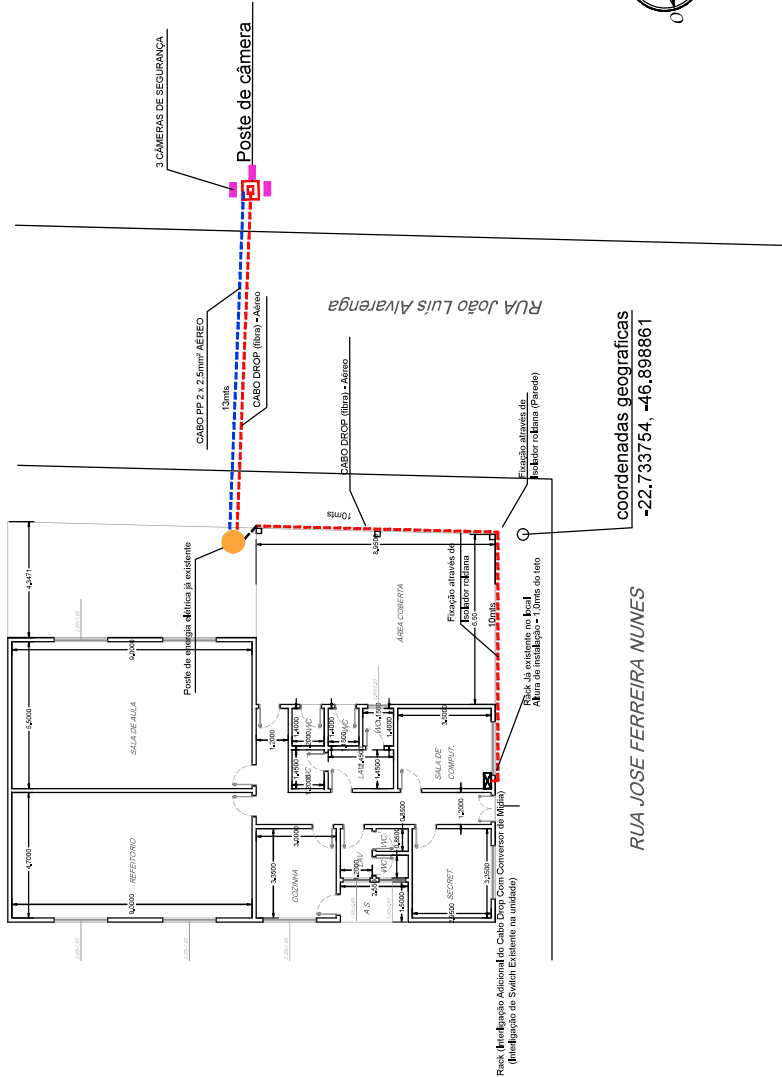
Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1>





SIMBOLOGIA		UND
	CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO - 13,00 M	
	CABO DROP 2 Vias - 33,00 M	
	POSTE DE ENERGIA	
	POSTE DE CÂMERA	
	Câmera de segurança	3



Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1>



E.M.E.I. IZAURA MAZETTO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA	
SALA I. IZAURA MAZETTO	
RUA JOSE FERREIRA NUNES - CONJUNTO HAB. SILVIO MAIA	
CPF	000.000.000-00
Assinatura	000.000.000-00

ESPANHO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO	
FABRIL DE CONSTRUÇÃO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA	
SALA I. IZAURA MAZETTO	
RUA JOSE FERREIRA NUNES - CONJUNTO HAB. SILVIO MAIA	
CPF	000.000.000-00
Assinatura	000.000.000-00






Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR	
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <a href="https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1">https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1</a>	
Assinatura	
Assinatura	

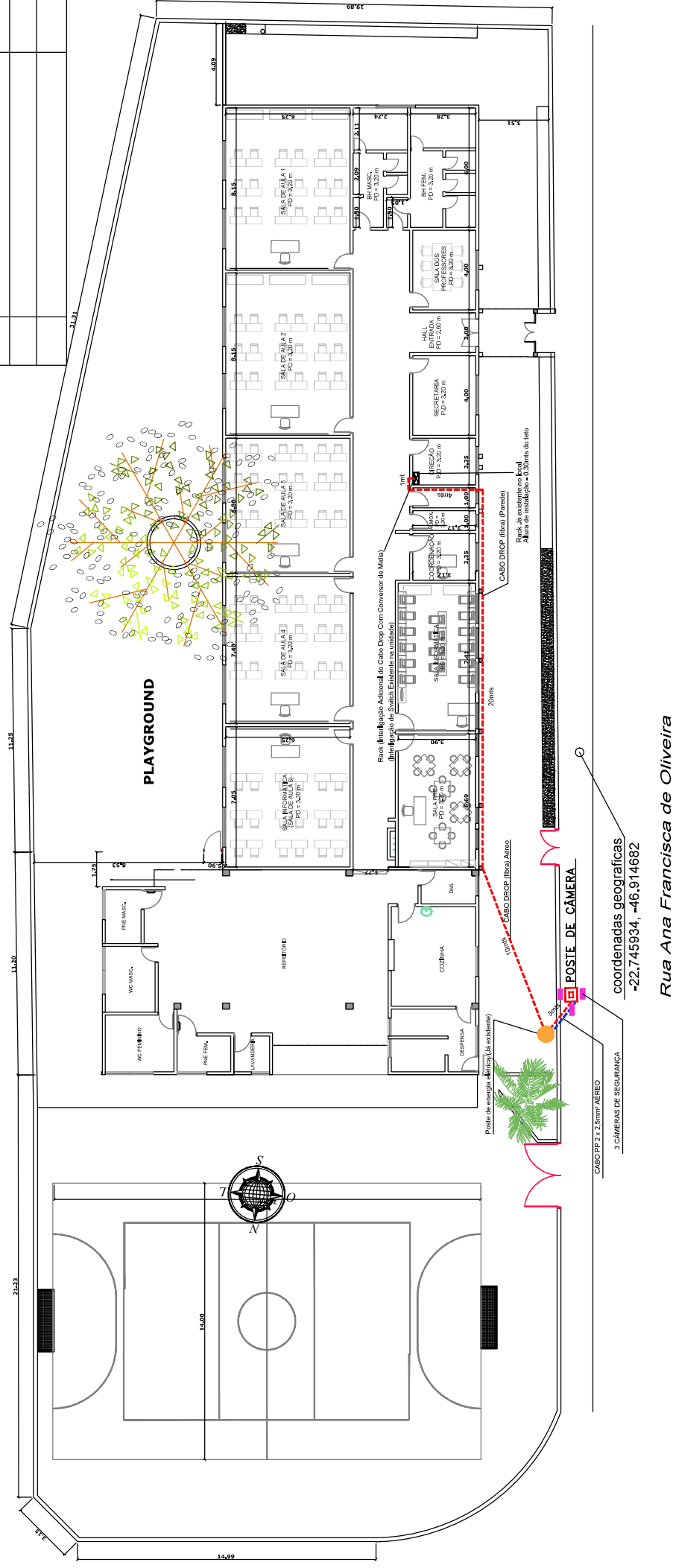
















SIMBOLOGIA		UND
	CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO - 3,00 M	
	CABO DROP 2 Vias - 38,00 M	
	POSTE DE ENERGIA	
	POSTE DE CÂMERA	3
	Câmara de segurança	



Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-c>



SIMBOLOGIA		UND
	CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO - 44,00 M	
	CABO DROP 2 Vias - 41,00 M	
	POSTE DE ENERGIA	
	POSTE DE CÂMERA	
	Câmara de segurança	6
	POSTE ANCORAGEM 6 M	
		
		

Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1> e

AV. JOAQUIM CARLOS

coordenadas geograficas  
-22.746183, -46.903752

# SIMBOLÓGIA

UND

---	CABO PP 2 x 2,5mm <sup>2</sup> AÉREO - 44,00 M
-----	--

---	CABO DROP 2 Vias - 41.00 M
-----	----------------------------



--	--

	POSTE DE ENERGIA
--	------------------

	POSTE DE CÂMERA
---	-----------------

	Câmara de segurança
--	---------------------

	POSTE ANCORAGEM
--	-----------------

<p>  <b>University of Birmingham</b>          School of Business          Edgbaston, Birmingham B15 2TT          UK          Tel: +44 (0)121 359 3251          Fax: +44 (0)121 359 3252          Email: <a href="mailto:business@bham.ac.uk">business@bham.ac.uk</a>  <a href="http://www.bham.ac.uk/business">www.bham.ac.uk/business</a> </p>	<p>  <b>University of Birmingham</b>          School of Business          Edgbaston, Birmingham B15 2TT          UK          Tel: +44 (0)121 359 3251          Fax: +44 (0)121 359 3252          Email: <a href="mailto:business@bham.ac.uk">business@bham.ac.uk</a>  <a href="http://www.bham.ac.uk/business">www.bham.ac.uk/business</a> </p>
--	--

--	--

--	--


assinado por 2 pessoas: 1 CUI

para verificar a validade das as

---

Downloaded from <http://ajphaphysiol.physiology.org/> by guest on September 11, 2012

ESPACO PARA APROVACAO DO PROJETO

FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO

código CD75-C3B3-EF21-8FB1

--	--

•

1  
 2  
 3  
 4  
 5  
 6  
 7  
 8  
 9  
 10  
 11  
 12  
 13  
 14  
 15  
 16  
 17  
 18  
 19  
 20  
 21  
 22  
 23  
 24  
 25  
 26  
 27  
 28  
 29  
 30  
 31  
 32  
 33  
 34  
 35  
 36  
 37  
 38  
 39  
 40  
 41  
 42  
 43  
 44  
 45  
 46  
 47  
 48  
 49  
 50  
 51  
 52  
 53  
 54  
 55  
 56  
 57  
 58  
 59  
 60  
 61  
 62  
 63  
 64  
 65  
 66  
 67  
 68  
 69  
 70  
 71  
 72  
 73  
 74  
 75  
 76  
 77  
 78  
 79  
 80  
 81  
 82  
 83  
 84  
 85  
 86  
 87  
 88  
 89  
 90  
 91  
 92  
 93  
 94  
 95  
 96  
 97  
 98  
 99  
 100  
 101  
 102  
 103  
 104  
 105  
 106  
 107  
 108  
 109  
 110  
 111  
 112  
 113  
 114  
 115  
 116  
 117  
 118  
 119  
 120  
 121  
 122  
 123  
 124  
 125  
 126  
 127  
 128  
 129  
 130  
 131  
 132  
 133  
 134  
 135  
 136  
 137  
 138  
 139  
 140  
 141  
 142  
 143  
 144  
 145  
 146  
 147  
 148  
 149  
 150  
 151  
 152  
 153  
 154  
 155  
 156  
 157  
 158  
 159  
 160  
 161  
 162  
 163  
 164  
 165  
 166  
 167  
 168  
 169  
 170  
 171  
 172  
 173  
 174  
 175  
 176  
 177  
 178  
 179  
 180  
 181  
 182  
 183  
 184  
 185  
 186  
 187  
 188  
 189  
 190  
 191  
 192  
 193  
 194  
 195  
 196  
 197  
 198  
 199  
 200  
 201  
 202  
 203  
 204  
 205  
 206  
 207  
 208  
 209  
 210  
 211  
 212  
 213  
 214  
 215  
 216  
 217  
 218  
 219  
 220  
 221  
 222  
 223  
 224  
 225  
 226  
 227  
 228  
 229  
 230  
 231  
 232  
 233  
 234  
 235  
 236  
 237  
 238  
 239  
 240  
 241  
 242  
 243  
 244  
 245  
 246  
 247  
 248  
 249  
 250  
 251  
 252  
 253  
 254  
 255  
 256  
 257  
 258  
 259  
 260  
 261  
 262  
 263  
 264  
 265  
 266  
 267  
 268  
 269  
 270  
 271  
 272  
 273  
 274  
 275  
 276  
 277  
 278  
 279  
 280  
 281  
 282  
 283  
 284  
 285  
 286  
 287  
 288  
 289  
 290  
 291  
 292  
 293  
 294  
 295  
 296  
 297  
 298  
 299  
 300  
 301  
 302  
 303  
 304  
 305  
 306  
 307  
 308  
 309  
 310  
 311  
 312  
 313  
 314  
 315  
 316  
 317  
 318  
 319  
 320  
 321  
 322  
 323  
 324  
 325  
 326  
 327  
 328  
 329  
 330  
 331  
 332  
 333  
 334  
 335  
 336  
 337  
 338  
 339  
 340  
 341  
 342  
 343  
 344  
 345  
 346  
 347  
 348  
 349  
 350  
 351  
 352  
 353  
 354  
 355  
 356  
 357  
 358  
 359  
 360  
 361  
 362  
 363  
 364  
 365  
 366  
 367  
 368  
 369  
 370  
 371  
 372  
 373  
 374  
 375  
 376  
 377  
 378  
 379  
 380  
 381  
 382  
 383  
 384  
 385  
 386  
 387  
 388  
 389  
 390  
 391  
 392  
 393  
 394  
 395  
 396  
 397  
 398  
 399  
 400  
 401  
 402  
 403  
 404  
 405  
 406  
 407  
 408  
 409  
 410  
 411  
 412  
 413  
 414  
 415  
 416  
 417  
 418  
 419  
 420  
 421  
 422  
 423  
 424  
 425  
 426  
 427  
 428  
 429  
 430  
 431  
 432  
 433  
 434  
 435  
 436  
 437  
 438  
 439  
 440  
 441  
 442  
 443  
 444  
 445  
 446  
 447  
 448  
 449  
 450  
 451  
 452  
 453  
 454  
 455  
 456  
 457  
 458  
 459  
 460  
 461  
 462  
 463  
 464  
 465  
 466  
 467  
 468  
 469  
 470  
 471  
 472  
 473  
 474  
 475  
 476  
 477  
 478  
 479  
 480  
 481  
 482  
 483  
 484  
 485  
 486  
 487  
 488  
 489  
 490  
 491  
 492  
 493  
 494  
 495  
 496  
 497  
 498  
 499  
 500  
 501  
 502  
 503  
 504  
 505  
 506  
 507  
 508  
 509  
 510  
 511  
 512  
 513  
 514  
 515  
 516  
 517  
 518  
 519  
 520  
 521  
 522  
 523  
 524  
 525

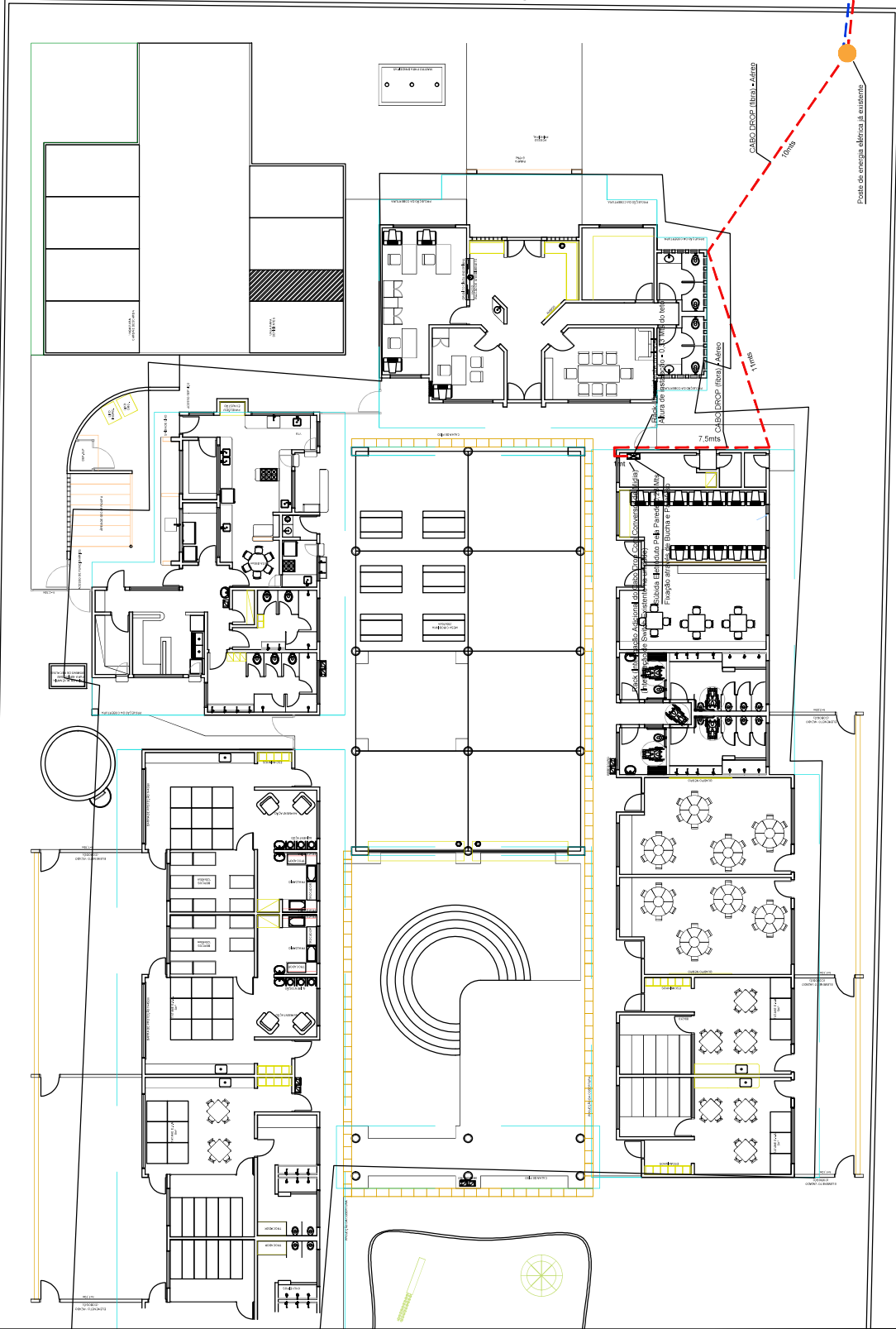
---

**LOCAL** E.M.E.F. PROFESSORA MARIA ELISA VICENTIN PINTOR

DES.	DATA	ESCOLA
Geovana	19/11/2025	IND.

1000000

SIMBOLOGIA	UND
	CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO - 14,00 M
	CABO DROP 2 Vias - 35,00 M
	POSTE DE ENERGIA
	POSTE DE CÁMERA
	Câmera de segurança
	3

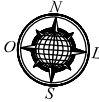


coordenadas geograficas  
-22.750632, -46.915176

Rua Jacir zamproni

3 Câmeras

POSTE DE CÁMERA



CIMEI GENNY PANTALEÃO LÚCIO	
PROPOSTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
PROPOSTA	CIMEI GENNY PANTALEÃO LÚCIO
PROPOSTA	RUA JACIR ZAMPIONI, N.º 90 - JARDIM ALJIRA
PROPOSTA	CEP: 63000-000
PROPOSTA	DATA: 10/11/2024
PROPOSTA	FEITO POR: A.T.

ESPACIO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO	PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PROJETO
PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PROJETO	PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PROJETO
PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PROJETO	PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PROJETO
PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PROJETO	PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PROJETO



Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.tbcc.com.br/verificacao/6975-6989-ef21-6fb1> e informe o código 6975-6989-ef21-6fb1

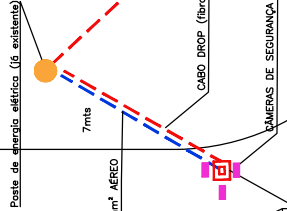




SIMBOLOGIA		UND
<span style="color: blue;">---</span>	CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO	-14,00 M
<span style="color: red;">---</span>	CABO DROP 2 Vias -	31,00 M
<span style="color: orange;">●</span>	POSTE DE ENERGIA	
<span style="color: red;">■</span>	POSTE DE CÂMERA	
<span style="color: magenta;">■</span>	Câmera de segurança	3

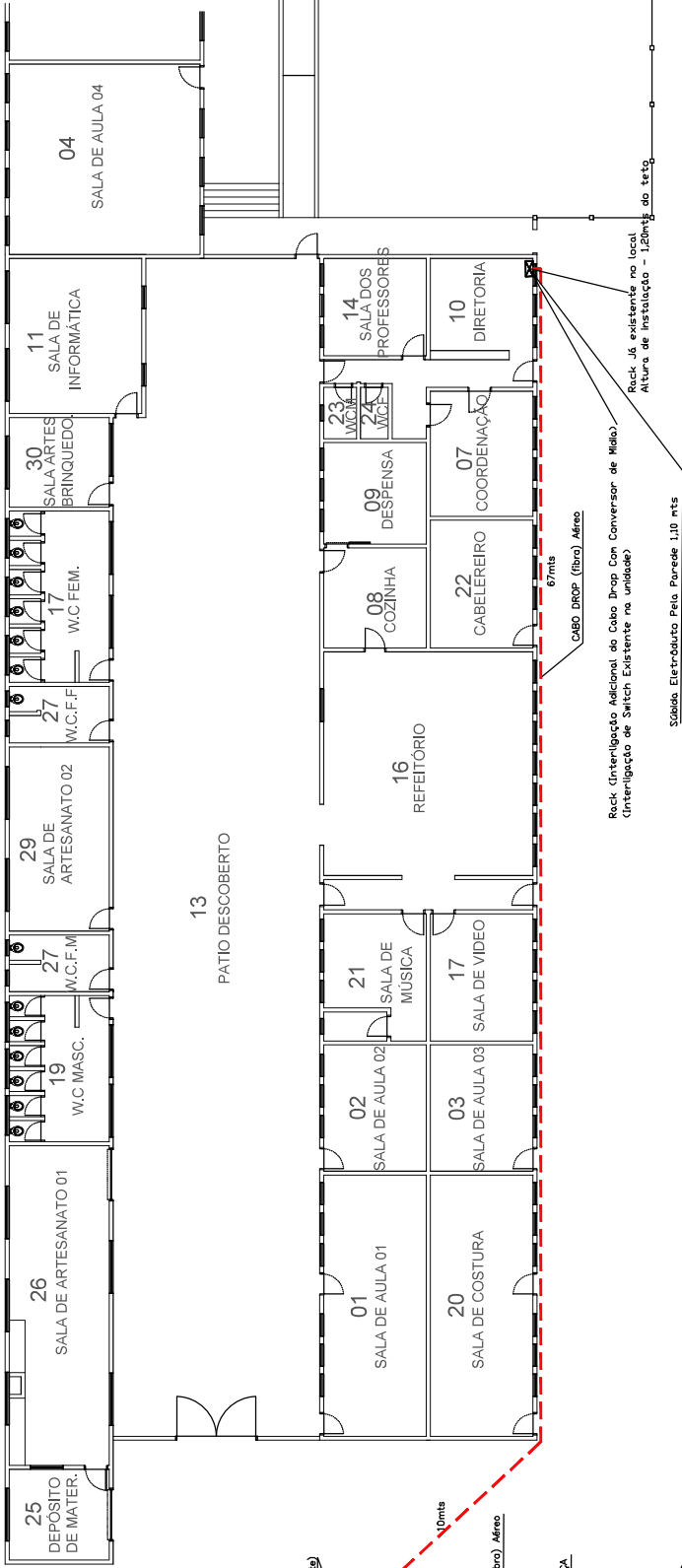
coordenadas geográficas  
-22.722541, -46.896008

Rua Aurelio Rigodelli



POSTE DE CÂMERA

CÂMERAS DE SEGURANÇA



Rua Antônio Privati

Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1>



EMPENHO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

LOCAL: SAMUCA

PROJETO: RUA ANTONIO PRIVATI, 301 - JARDIM TRILINDA

PROJETO: 10/2025

PROJETO: 10/2025

PROJETO: 10/2025

ESPANHO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

LOCAL: SAMUCA

PROJETO: RUA ANTONIO PRIVATI, 301 - JARDIM TRILINDA

PROJETO: 10/2025

PROJETO: 10/2025

PROJETO: 10/2025

ESPANHO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROJETO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

LOCAL: SAMUCA

PROJETO: RUA ANTONIO PRIVATI, 301 - JARDIM TRILINDA

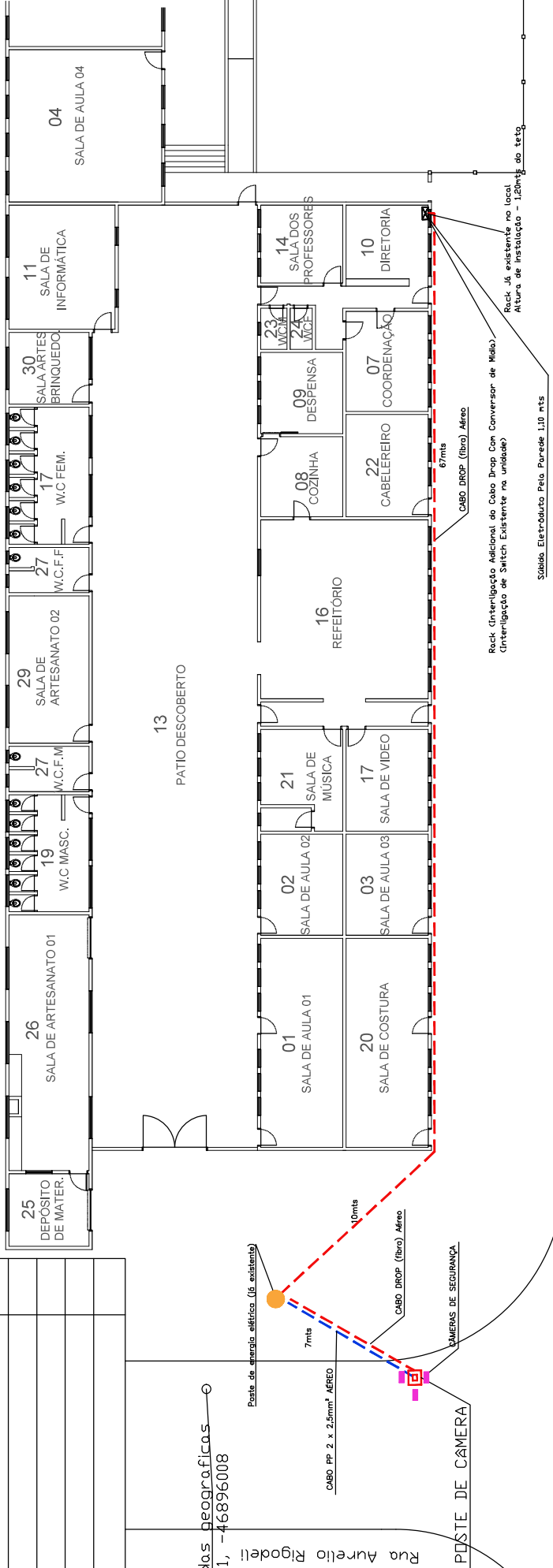
PROJETO: 10/2025

PROJETO: 10/2025

PROJETO: 10/2025



SIMBOLOGIA		UND
<span style="color: blue;">---</span>	CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO	-14,00 M
<span style="color: red;">---</span>	CABO DROP 2 Vias -	31,00 M
<span style="color: orange;">●</span>	POSTE DE ENERGIA	
<span style="color: red;">■</span>	POSTE DE CÂMERA	
<span style="color: magenta;">■</span>	Câmera de segurança	3



Rua Antônio Prvati

Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR  
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1>



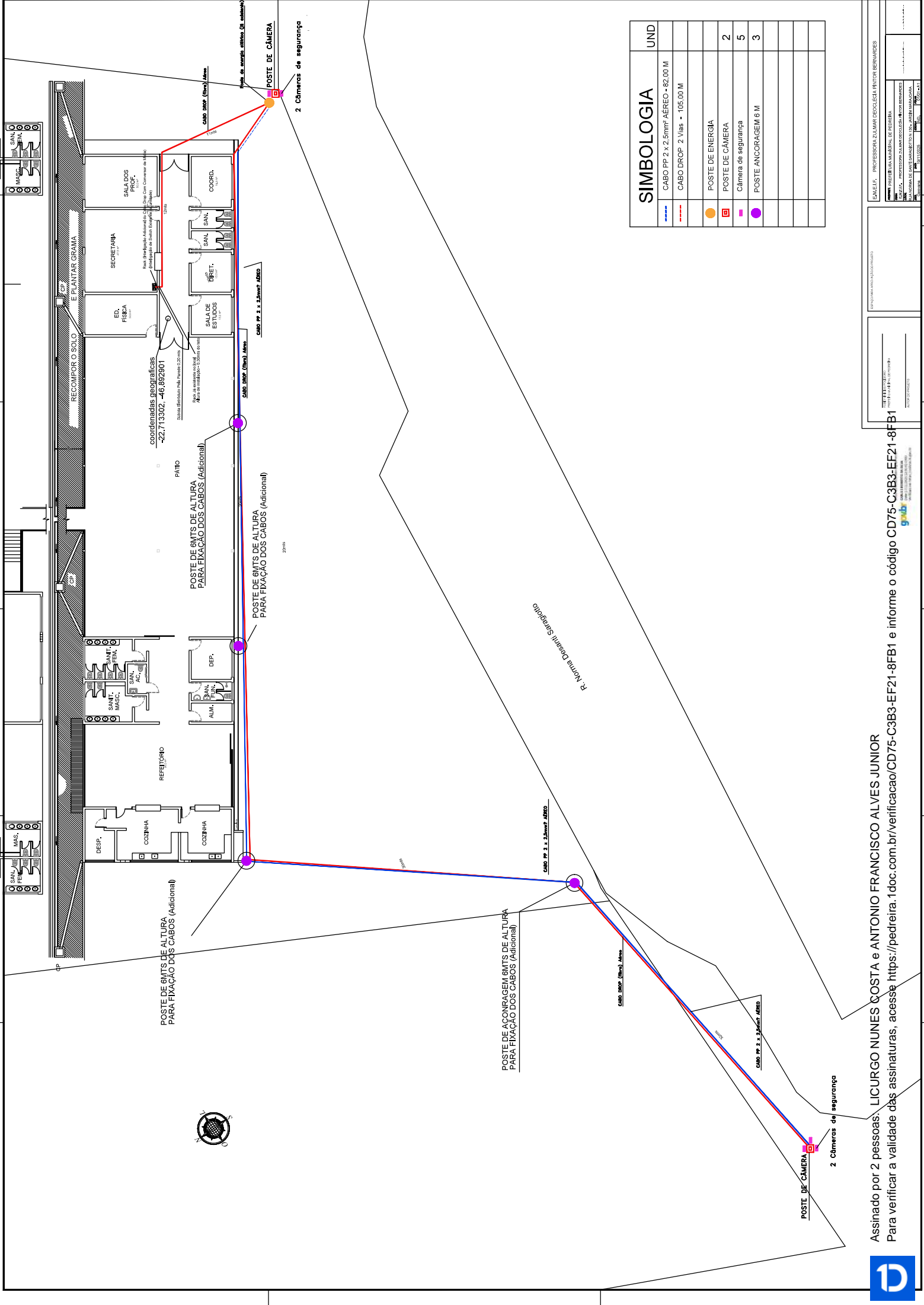
**PEDREIRA**
  
MUNICÍPIO DE PEDREIRA

**SAMUCA**
  
PROFESSOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

**SAMUCA**
  
PROFESSOR PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

**RAIA ANTONIO PRIVATI, 301 - JARDIM TRILINDA**
  
CEP: 31120-255

**01-01-A1**



SIMBOLOGIA		UND
	CABO PP 2 x 2.5mm² AÉREO - 82.00 M	
	CABO DROP 2 Vias - 105.00 M	
	POSTE DE ENERGIA	
	POSTE DE CÂMERA	2
	Câmara de segurança	5
	POSTE ANCORAGEM 6 M	3

Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1>

TIPO DE ASSINATURA

TIPO DE ASSINATURA

TIPO DE ASSINATURA

PROFESSORA ZULMAY DE OLIVEIRA PIETRO BERNARDES

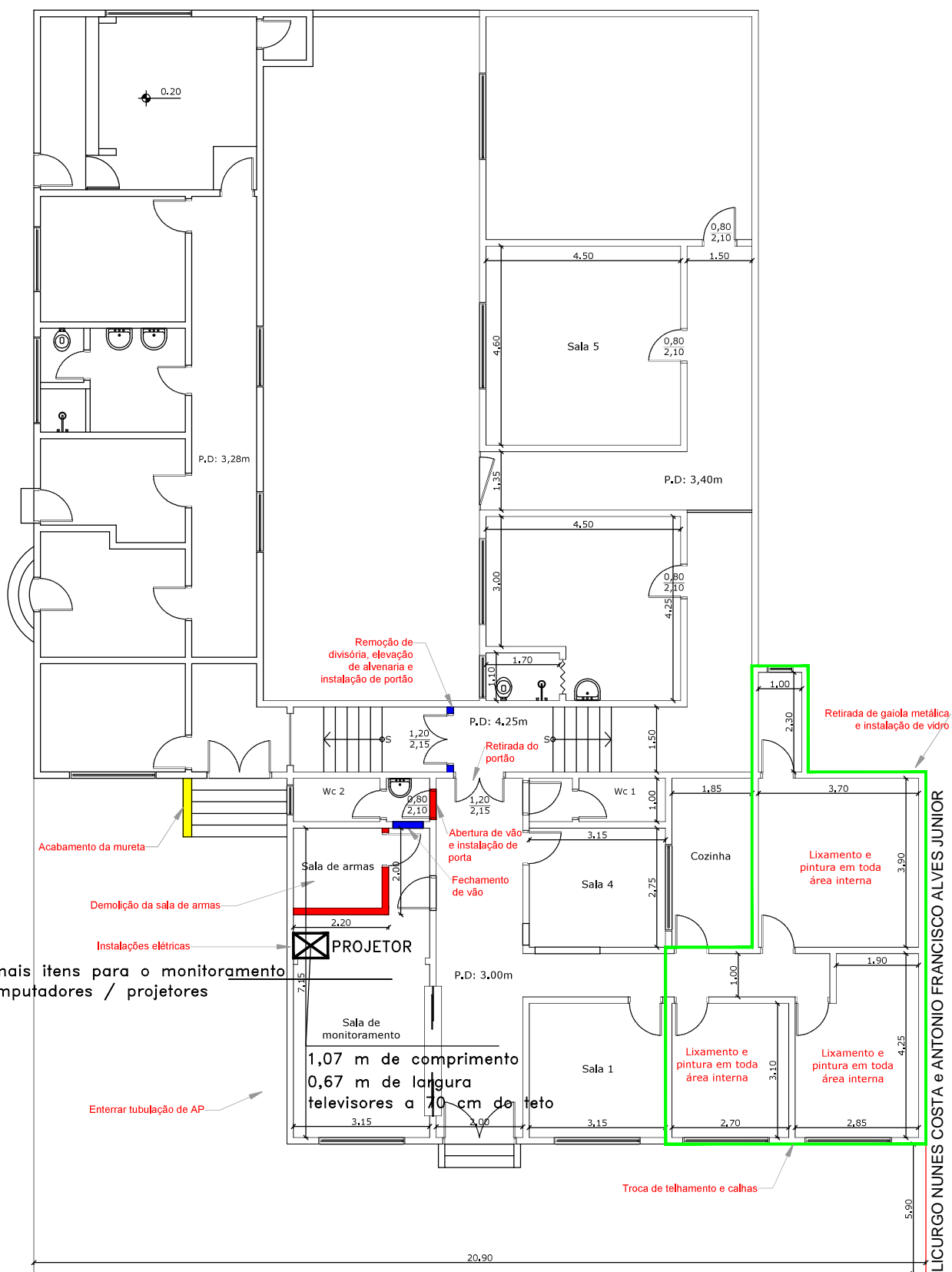
PROFESSOR ZULMAY DE OLIVEIRA PIETRO BERNARDES

PROFESSOR ZULMAY DE OLIVEIRA PIETRO BERNARDES

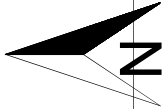
Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1>







Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR  
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1> e informe o código CD75-C3B3-EF21-8FB1



Poste de energia elétrica - (Já Existente)

R. Antônio Pedro

CABO PP E CABO DROP AÉREO

20mts

Câmara de segurança

POSTE DE CÂMERA

R. Manoel Cavalheiro

R. XV de Novembro

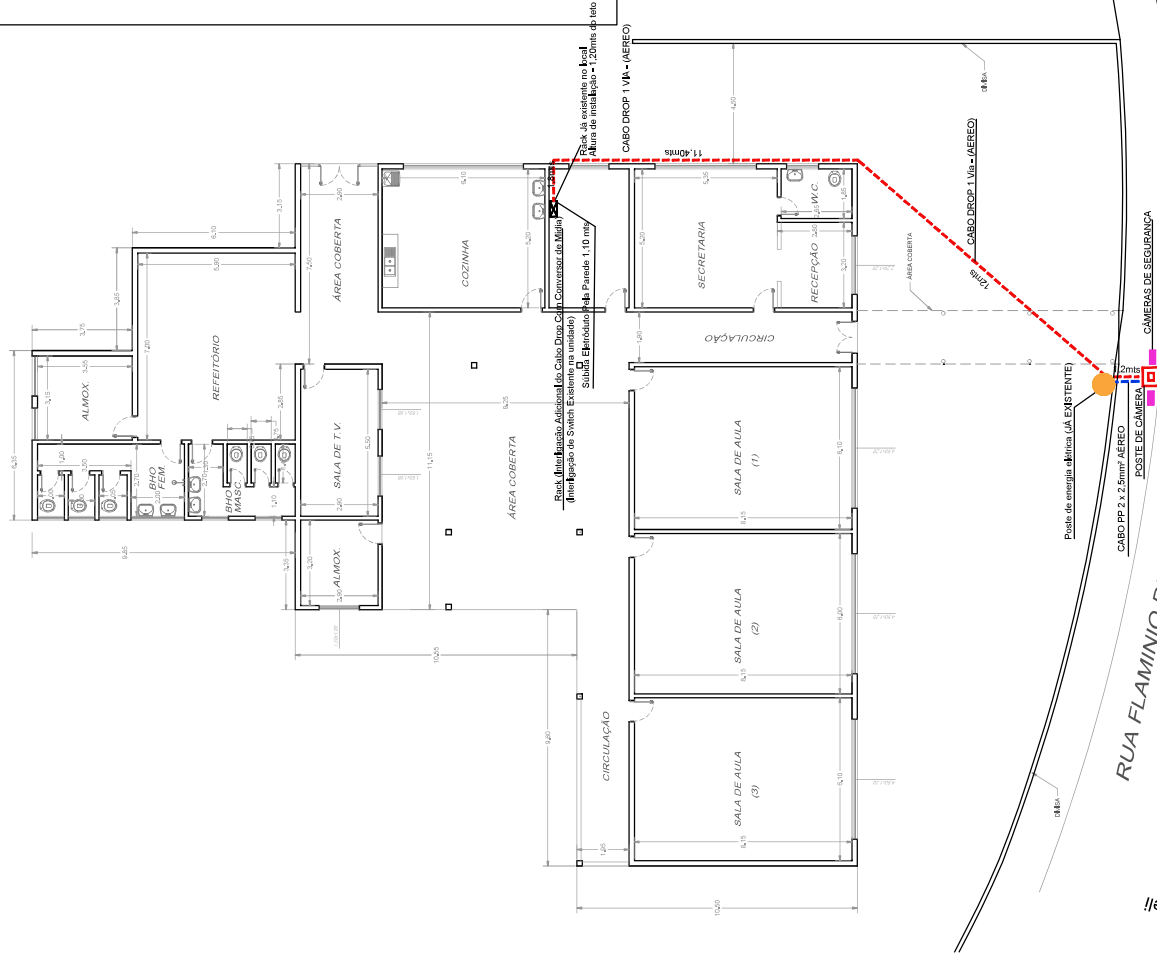
SIMBOLOGIA		UND
	CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO - 20,00 M	
	CABO DROP 2 Vias - 20,00 M	
	POSTE DE ENERGIA	
	POSTE DE CÂMERA	
	Câmara de segurança	4

OBRA			
ENDEREÇO		PONTO	
R. XV de Novembro, 952		E.E. Coronel João Godoy Moreira	
SIMBOLOGIA		COORDENADAS	
— CABO DROP 1 Via - Aéreo (20 metros) CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO (20 metros) ☑ POSTE DE ENERGIA - 1 Und ☑ TORRE TIPO I - 1 Und ☐ Caixa Consolante Múltiplo Completa - 2 Und		-22.744514, -46.902032	
		RESPONSÁVEL TÉCNICO:	
		Inscrição Profissional E-Grande:  CARLOS ROBERTO DA SILVA Data: 17/11/2025 22:58:35 (UTC-03:00) CPF: 047.461.722-91 (CPF) - 047.461.722-91	
		PROJETISTA :	
EXECUÇÃO		APROVAÇÃO	
FOLHA		DATA	VERSÃO
A.3	01/01	19/11/2025	V-1.0









SIMBOLOGIA		UND
	CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO - 2,00 M	
	CABO DROP 2 Vias - 25,50 M	
	POSTE DE ENERGIA	
	POSTE DE CÂMERA	
	Câmara de segurança	3

EMEINEL DE FÁTIMA PETEAN POZEBOM

PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

EMEINEL DE FÁTIMA PETEAN POZEBOM

Prepa Nestor dos Santos Arruda

CPF 911.722.24

Assinatura

20/01/2024

ESPACIO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

EMEINEL DE FÁTIMA PETEAN POZEBOM

Prepa Nestor dos Santos Arruda

CPF 911.722.24

Assinatura







20/01/2024

o código CD75-C3B3-EF21-8FB1

Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1>



SIMBOLOGIA	UND
	CABO PP 2 x 2,5mm <sup>2</sup> AÉREO - 42,50 M
	CABO DROP 2 Vias - 68,00 M
	POSTE DE ENERGIA
	POSTE DE CÂMERA
	Câmera de segurança
	POSTE ANCORAGEM 6 M



coordenadas geograficas  
-22.741361, -46.910412

Rua Vascon

MURO DE DIVISA

CABLO DROP (futura)

Engenharia atendida de  
Indicador rotineira

Furo na Parede medindo 3/4

Saida da fibra - 2,0mts

Conexão de fibra no final do Cabloado

Check já existente no local

Altura de instalação - 1,20mts do teto

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

Travação através de Bucha e Parafuso

AV. Antonio Serafim Petean

MURO DE DIVISA

POSTE DE ANCORAGEM 6MTS DE ALTURA (Adicional)  
PARA FIXAÇÃO DOS CABOS

calçada

CABLO PP 2 x 2,5mm<sup>2</sup> AÉREO

CABLO DROP (futura) - Aéreo

CÂMERAS DE SEGURANÇA

POSTE DE CÂMERA

INSTALADO NO CANTEIRO CENTRAL

ESPACIO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO

PROJETO DE INSTALAÇÃO DE FIBRA

AUTOR DO PROJETO

PROJETO DE INSTALAÇÃO DE FIBRA

E.M.E.I.E.F PROFESSOR ARNALDO ROSSI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA

E.M.E.I.E.F PROFESSOR ARNALDO ROSSI

Projeto de Instalação de FIBRA

Projeto de Instalação de FIBRA

Projeto de Instalação de FIBRA

Projeto de Instalação de FIBRA

Projeto de Instalação de FIBRA

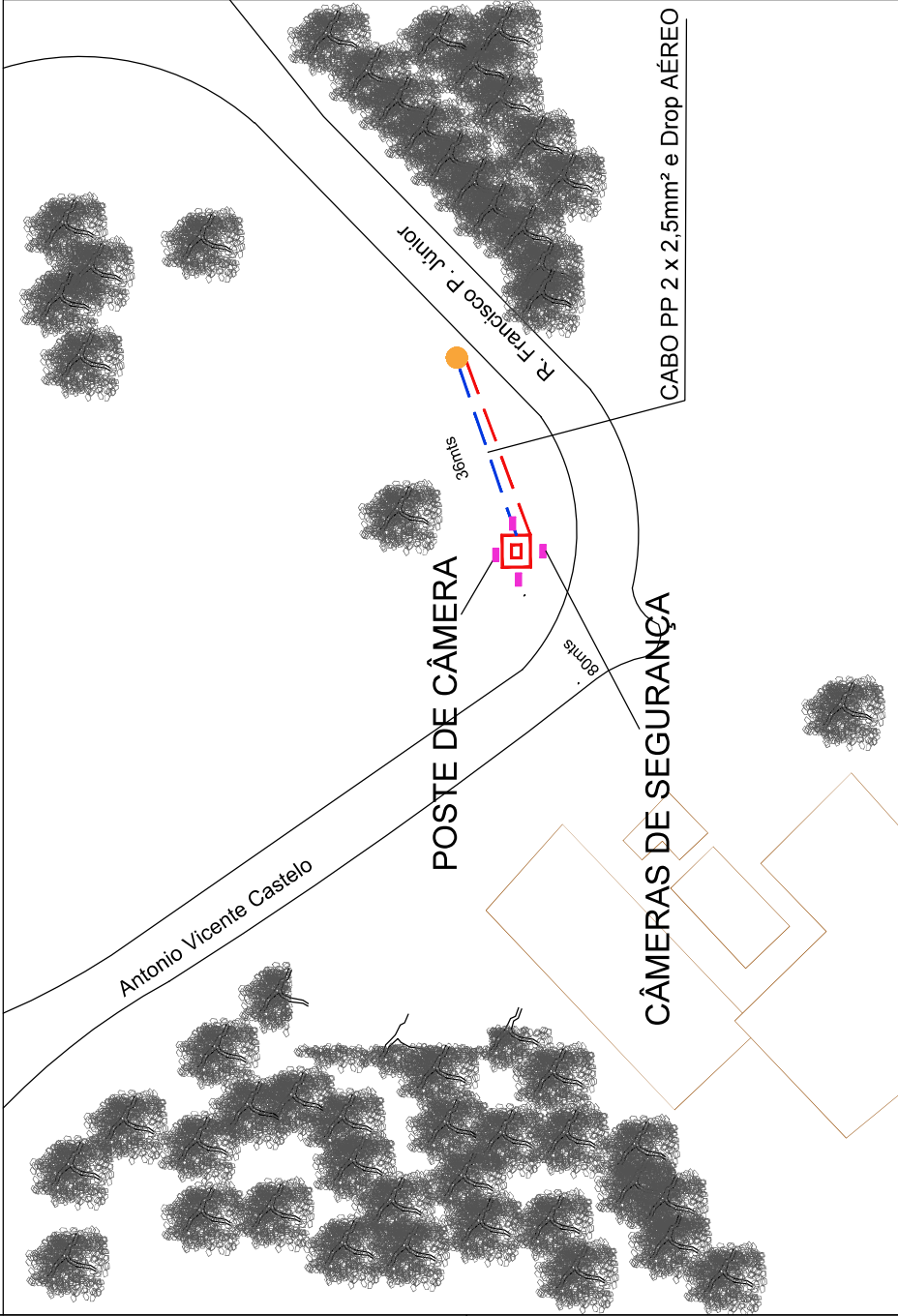
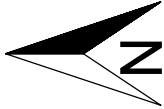
Projeto de Instalação de FIBRA

Assinado por 2 pessoas: LICURGO NUNES COSTA e ANTONIO FRANCISCO ALVES JUNIOR


Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/CD75-C3B3-EF21-8FB1> e informe o código CD75-C3B3-EF21-8FB1







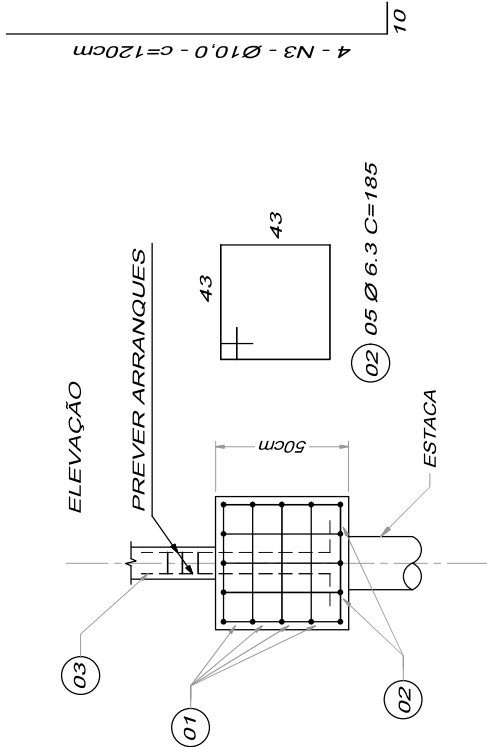
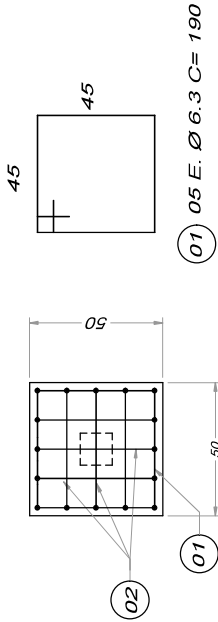
SIMBOLOGIA		UND
	CABO PP 2 x 2.5mm² AÉREO - 36,00 M	
	CABO DROP 2 Vias - 36,00 M	
	POSTE DE ENERGIA	
	POSTE DE CÂMERA	1
	Câmera de segurança	4

OBRA			
ENDEREÇO		PONTO	
Francisco Pintor Junior		A P A E	
SIMBOLOGIA		COORDENADAS	
— CABO DROP 1 Via — CABO PP 2 x 2,5mm² AÉREO □ POSTE DE ENERGIA ☐ TORRE TIPO I		-22.737489, -46.891841	
		RESPONSÁVEL TÉCNICO:	
			
		PROJETISTA :	
EXECUÇÃO		APROVAÇÃO	
FOLHA		DATA	VERSÃO
A.3	01/01	19/11/2025	V-1.0



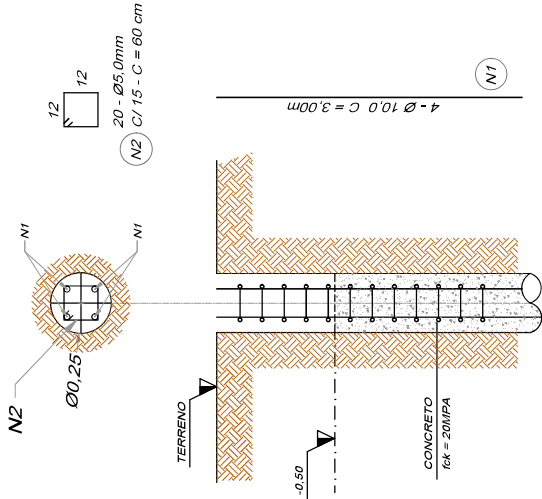
BL1 - (01- UNID)

PLANTA



DETALHAMENTO DE 41 ESTACAS P/ 20 ton.

SEM ESCALA



QTDE DE FERROS - ESTACAS (41 UNID.)						
N	#	QTDE UNIT.	QTDE TOTAL	COMPR. UNIT.	COMPR. TOTAL	PESO
N1	#10	04	164	3,00	492,00	305,04
N2	#5,0	20	820	0,60	492,00	78,75

DETALHAMENTO DAS FERRAGENS (BLOCO BL1) QTDE TOTAL = 41 UNID.							
POS.	Ø (mm.)	Ø (POL)	QTDE UNIT	QTDE TOTAL	COMPR. UNIT. (metros)	COMPR. TOTAL (metros)	PESO TOTAL (Kg)
N1	6,3	1/4"	05	205	1,90	389,50	97,38
N2	10,0	3/8"	05	205	1,85	379,25	235,14





## ANEXO II

## MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Item	Fonte	Código	Descrição	Marca/ modelo	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
<b>Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento</b>										
1	CDHU	37.02.060	QUADRO TELEBRÁS DE SOBREPOR DE 400 x 400 x 120 mm		UN	24,00				
2	SINAPI	93663	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025		UN	24,00				
3	Composição	008	SWITCH NÃO GERENCIÁVEL DE 10 PORTAS GIGABIT ETHERNET COM 8 PORTAS POE E 2 PORTAS UPLINK		UN	24,00				
4	CDHU	69.20.230	CALHA DE AÇO COM 8 TOMADAS 2P+T - 250 V, COM CABO		UN	24,00				
5	CDHU	41.04.050	TRILHO ELETRIFICADO DE ALIMENTAÇÃO COM 1 CIRCUITO, EM ALUMINIO COM PINTURA NA COR BRANCO, INCLUSIVE ACESSÓRIOS		M	24,00				
6	SINAPI	91950	SUORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 4" MÉDIO (1,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023		UN	24,00				
7	SINAPI	101665	ABRACADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINÁRIAS DE 4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025		UN	24,00				
8	Composição	001	CÂMERA BULLET RESOLUÇÃO 5 MP		UN	77,00				
9	SINAPI	105953	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025		UN	41,00				
10	CDHU	39.27.010	CABO ÓPTICO DE TERMINAÇÃO, 2 FIBRAS, 50/125 µm - USO INTERNO/EXTERNO		M	1.400,00				
11	CDHU	39.21.201	CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 2 x 2,5 mm², ISOLAMENTO 0,6/1 kV - ISOLAÇÃO HEPR 90°C		M	700,00				
12	Cotação	002	PROJETOR LASER CURTÍSSIMA DISTÂNCIA INTERATIVO		UN	5,00				
13	Cotação	003	SERVIDOR CCO		UN	1,00				
14	Cotação	004	CONTROLADOR 2 x 2 4k VIDEO WALL CONTROLLER		UN	1,00				
15	Cotação	005	LICENÇAS/GERENCIAMENTO ANALITICOS - PACKS COM PARA 32 CAMERAS		UN	3,00				
16	Cotação	006	CONVERSOR DE MIDIA		UN	24,00				
17	Cotação	007	COMPUTADOR		UN	4,00				
18	SINAPI	100899	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 25CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO MANUALMENTE (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO). AF_01/2020		-	123,00				
19	SINAPI	94964	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021		-	6,05				
20	SINAPI	96546	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. - AF_01/2024		-	235,14				
21	SINAPI	96544	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_01/2024		-	97,38				
<b>VALOR GLOBAL</b>							<b>R\$</b>			



**Obs: Deverá obrigatoriamente serem incluídas na proposta readequada (a ser apresentada pela licitante vencedora do certame) as marcas e modelos para os itens 01, 03, 08, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17.**

**Para fins de aceitabilidade da proposta, os valores unitários e totais dos itens e consequentemente o valor global, não poderão ser superiores aos orçados pelo Município, constantes na planilha orçamentária (Anexo VI do edital).**

A proposta deverá estar em papel timbrado da proponente e vir assinada pelo(a) seu(ua) representante legal, onde deverá constar as seguintes informações:

- **Razão Social, endereço completo, CNPJ, E-mail e telefone para contato;**
- **Número da Concorrência e Processo Licitatório;**
- **Apresentar o(s) endereço de e-mail(s) para comunicação;**
- **Validade da proposta: 60 (sessenta) dias;**
- **Declaro, sob penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência, e esta licitante está ciente de todas as informações do edital e seus anexos.**



## ANEXO III

## MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

## MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP

(Processo Administrativo nº 2.183/2026)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../...., QUE FAZEM ENTRE  
SI O MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E .....**

O Município de Pedreira/SP por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no Diário Oficial do Município em ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência nº 02/2026 – Processo Licitatório nº 09/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de pessoa jurídica, por empreita global (fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários) para o objeto Aquisição e Implantação do Sistema de Videomonitoramento para Segurança nas Escolas do Município de Pedreira-SP, nos termos da ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Fonte	Código	Descrição	Marca/ modelo	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
1	CDHU	37.02.060	QUADRO TELEBRÁS DE SOBREPOR DE 400 x 400 x 120 mm		UN	24,00				
2	SINAPI	93663	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025		UN	24,00				
3	Composição	008	SWITCH NÃO GERENCIÁVEL DE 10 PORTAS GIGABIT ETHERNET COM 8 PORTAS POE E 2 PORTAS UPLINK		UN	24,00				
4	CDHU	69.20.230	CALHA DE AÇO COM 8 TOMADAS 2P+T - 250 V, COM CABO		UN	24,00				
5	CDHU	41.04.050	TRILHO ELETRIFICADO DE ALIMENTAÇÃO COM 1 CIRCUITO, EM ALUMINIO COM PINTURA NA COR BRANCO, INCLUSIVE ACESSÓRIOS		M	24,00				



Item	Fonte	Código	Descrição	Marca/ modelo	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
6	SINAPI	91950	SUPORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 4" MÉDIO (1,30 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023		UN	24,00				
7	SINAPI	101665	ABRAÇADEIRA DE FIXAÇÃO DE BRAÇOS DE LUMINÁRIAS DE 4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025		UN	24,00				
8	Composição	001	CÂMERA BULLET RESOLUÇÃO 5 MP		UN	77,00				
9	SINAPI	105953	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO RETO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=7M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025		UN	41,00				
10	CDHU	39.27.010	CABO ÓPTICO DE TERMINAÇÃO, 2 FIBRAS, 50/125 µm - USO INTERNO/EXTERNO		M	1.400,00				
11	CDHU	39.21.201	CABO DE COBRE FLEXÍVEL DE 2 x 2,5 mm², ISOLAMENTO 0,6/1 kV - ISOLAÇÃO HEPR 90°C		M	700,00				
12	Cotação	002	PROJETOR LASER CURTÍSSIMA DISTÂNCIA INTERATIVO		UN	5,00				
13	Cotação	003	SERVIDOR CCO		UN	1,00				
14	Cotação	004	CONTROLADOR 2 x 2 4k VIDEO WALL CONTROLLER		UN	1,00				
15	Cotação	005	LICENÇAS/GERENCIAMENTO ANALÍTICOS - PACKS COM PARA 32 CAMERAS		UN	3,00				
16	Cotação	006	CONVERSOR DE MÍDIA		UN	24,00				
17	Cotação	007	COMPUTADOR		UN	4,00				
18	SINAPI	100899	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 25CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO MANUALMENTE (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO). AF_01/2020		-	123,00				
19	SINAPI	94964	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021		-	6,05				
20	SINAPI	96546	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. - AF_01/2024		-	235,14				
21	SINAPI	96544	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_01/2024		-	97,38				
<b>VALOR GLOBAL</b>							<b>R\$</b>			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.



### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias**, conforme **Cronograma Físico-Financeiro constante no Anexo IX do Edital**, a contar da emissão da Ordem de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Quaisquer prorrogações do prazo definidos no subitem 2.1., estarão subordinadas ao art. 111 e art. 115 § 5º da Lei Federal nº 14.133/21.

2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**MATRIZ DE RISCO:** Será conforme descrito no tópico 10 do Estudo Técnico Preliminar.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de R\$...... (.....), constante na cláusula 1.2. deste Contrato.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. As medições serão de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IX do Edital).

6.2. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução do objeto, através da sua tesouraria, da seguinte forma:

6.3. A contratada deverá emitir medição de acordo com o prazo definido no Cronograma Físico-Financeiro, a contar da data de início dos serviços constante na ordem de serviços, em conformidade com os serviços realizados, cujo prazo de verificação será de até 05 (cinco) dias úteis, onde o aceite importará na autorização da emissão da nota fiscal.

6.4. O pagamento ocorrerá conforme disponibilidade dos recursos através do Contrato de Repasse nº 952285 - OGU 1091500-76/2023 /MJSP, onde a contrapartida será paga com recursos do Tesouro proporcionalmente ao respectivo contato, cujo pagamento será em até 30 (trinta) dias após a liquidação da nota fiscal.

6.5. O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

6.6. Cabe destacar que no caso de não aprovação, será garantido o contraditório e ampla defesa, e no caso de erros, será considerado o mesmo prazo para reanálise.

6.7. A medição/nota fiscal deverão vir autorizadas pelo(a)(s) responsável(is) pela fiscalização da obra, sendo que tais documentos deverão vir com o aceite dos fiscais do contrato, sendo que



no corpo das Notas Fiscais, deverá constar o número do contrato firmado entre a empresa contratada e este Município, bem como, mencionar **Contrato de Repasse nº 952285 - OGU 1091500-76/2023 /MJSP**.

6.8. Observa-se que no caso de atraso dos serviços por culpa da **CONTRATADA**, somente será permitida emissão de Nota Fiscal após concluída a etapa em que o cronograma tem que estar.

6.9. Em caso de atraso no pagamento devido à **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.

6.10. Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada quando o pagamento for realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

6.11. Encaminhar junto com a Nota Fiscal, também, a Planilha de Frequências dos funcionários e guias do mês do INSS, FGTS e PIS, devidamente recolhidas e acompanhadas com a Relação dos Trabalhadores constantes no arquivo "SEFIP", ou seja, os funcionários constantes na planilha de frequência deverão constar na relação "SEFIP". Tais documentos são correspondentes ao período de execução dos serviços.

6.12. **Os serviços objetos do presente contrato administrativo ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente, que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.**

6.13. **As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.**

6.14. **Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante Prefeitura Municipal de Pedreira/SP será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.**

6.15. **Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, sendo vedada a emissão de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da(s) contratada(s) deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas tabelas oficiais fornecidas pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), versão 199 – 08/2025 e SINAPI, data base 9/2025 de 2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de **01 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**.



- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, inclusive as constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.25. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.28. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.30. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.32. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



9.34. Utilizar, se for o caso, somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.35. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.35.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.36.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.36.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.36.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.



9.36.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.36.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.36.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.36.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.36.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.38. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.





9.41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade ....., em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.



11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias úteis;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1., a multa será de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse



valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.12. Ademais, deverão ser observadas, também, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no **Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo V** deste edital.



12.13. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;  
e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das Dotações Orçamentárias nºs:

**Unidade:** 021901 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA





**Funcional:** 06.181.0018.2158.0000 Operacionalização da Guarda Municipal

**Categoria Econômica:** 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

**Fonte de Recurso:** 0 0100

**Código de Aplicação:** 110 000

**Ficha nº:** 1086

**Nº da reserva:** 172

**Unidade:** 021901 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Funcional:** 06.181.0018.2158.0000 Operacionalização da Guarda Municipal

**Categoria Econômica:** 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

**Fonte de Recurso:** 0 0500

**Código de Aplicação:** 100 318

**Ficha nº:** 1273

**Nº da reserva:** 173

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no **prazo máximo de 1 (um) mês** (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedreira, ... de ..... de 2025.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**ANEXO IV**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA Nº 02/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2026**

**CONTRATANTE:** Município de Pedreira/SP

**CONTRATADA:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO: AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PARA SEGURANÇA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA-SP, NOS TERMOS DA ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME**

Nome: \_\_\_\_\_



Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**FISCAL(IS) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**



Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



# Diário Oficial

ORGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA-SP  
Criado pela Lei Municipal 3.777, de 13 de junho de 2018

ANO VII

Quarta-Feira, 25 de Junho de 2025

Edição nº 1790

## PODER EXECUTIVO

### GABINETE DO PREFEITO

PREFEITO: **FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**  
ENDEREÇO: PRAÇA EPITÁCIO PESSOA, 3 – PAVIMENTO SUPERIOR

## DECRETO Nº 4.240 DE 24 JUNHO DE 2025

*Regulamenta os Processos Sancionatórios nos Termos Previstos nos Artigos 155 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Pedreira.*

**FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**, Prefeito Municipal de Pedreira, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais com fundamento no inciso IX, do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação interna do processo administrativo sancionatório previsto na Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA),

## DECRETA:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto neste decreto.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com este Município, que incidir nas infrações previstas no Art. 155 da LLCA, ficará sujeito às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;





# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

III – impedimento de licitar e contratar com este município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

§1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à municipalidade.

§2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para o Município ou para os serviços públicos municipais;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São circunstâncias agravantes da sanção:

I – a existência de registro do licitante ou contratado apenado pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Pedreira;

II – a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital e/ou termo de referência, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

III – a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

IV – a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

**§2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

I – a falha escusável do licitante ou contratado;

II – a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

III – a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital e/ou termo de referência, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

IV – a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

## CAPÍTULO II

### DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

#### Seção I – Da Advertência

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano ao Município ou aos serviços públicos municipais.

#### Seção II – Da Multa

**Artigo 5º** - A multa, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

§ 1º. – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

§ 2º - O instrumento convocatório e/ou o contrato, poderão estipular percentuais ou condições distintas para aplicação de multa de mora, hipótese na qual, prevalecerão as condições indicadas nos referidos documentos.

**Artigo 7º** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com este Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Parágrafo único** – Aplica-se o dispositivo constante no *caput* ao adjudicatário que deixar de entregar documentação necessária como condição para assinatura do contrato.

**Artigo 10** – O Município poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 01 (uma) UFM (unidade fiscal municipal), mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Artigo 11** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pelo Município, contado do recebimento da comunicação da recusa.

**§1º** - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§2º** - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas neste decreto, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

## Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito deste Município será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- I – por 06 (seis) meses: inciso IV;
- II – por 08 (oito) meses: incisos V a VII;
- III – por 01 (um) ano: inciso II;
- IV – por 02 (dois) anos: inciso III.

**Parágrafo único** – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 03 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

### Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da LLCA, bem como, se justificarem a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o contratado ou licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 04 (quatro) anos.

**§1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 03 (três) anos e o máximo de 06 (seis) anos.

**§2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

**Artigo 14** – O processo sancionatório seguirá o seguinte rito:

**I** – Instauração: a instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do Agente de Contratação, Gestor de Contratos, Fiscal Administrativo e/ou Técnico, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento do processo licitatório ou pelo acompanhamento da execução contratual, encaminhada à Divisão de Contratos e Aditivos ou ao Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos;

**II** – Defesa: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, intimará os responsáveis para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação, apresentem defesa, acompanhada de documentos e requerimento de produção de provas, se o caso;

**III** – Instrução: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios decidirá acerca da produção de provas, deferindo as pertinentes e indeferindo as impertinentes ou meramente protelatórias e concedendo prazo de até 15 (quinze) dias úteis para a devida instrução processual;

**IV** – Alegações finais: encerrada a instrução, a Divisão de Contratos e Aditivos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, concederá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de alegações finais;

**V** – Relatório: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios elaborará relatório





# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

circunstanciado do feito e, após, encaminhará os autos à Secretaria de Negócios Jurídicos para parecer;

**VI – Parecer:** a Secretaria de Negócios Jurídicos emitirá parecer e, após, encaminhará os autos à decisão do Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou ao Prefeito, caso o relatório final recomende a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

**VII – Decisão:** O Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou o Prefeito, no caso de recomendação pela aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, decidirão acerca da aplicação ou não de sanção, determinando o que for cabível e restituirão o processo à Divisão de Contratos e Aditivos ou à Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios para cumprimento;

**VIII – Intimação da decisão:** a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios intimará os responsáveis acerca do teor da decisão;

**IX – Recurso ou Pedido de Reconsideração:** poderá ser interposto recurso ou pedido de reconsideração, intentado junto a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios e endereçado à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação;

**X – Decisão de Recurso:** recebido o recurso, o Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos se não reconsiderar a decisão recorrida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**XI** – Decisão do Pedido de Reconsideração: recebido o pedido de reconsideração, o Prefeito deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**§1º** - O Prefeito poderá requerer parecer da assessoria jurídica antes da emissão de decisão final e irrecorrível.

**§ 2º.** O ato de instauração formal do processo sancionatório deverá conter relato dos fatos, a descrição das possíveis infrações e os documentos pertinentes;

**§ 3º** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 15** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo Secretário de Administração e Recursos Humanos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante para, querendo, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, adotando o rito procedimental estabelecido no artigo 14.

**Artigo 16** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

**Parágrafo único:** O processo administrativo visando à rescisão contratual poderá ocorrer em apartado do processo administrativo sancionatório quando for do interesse público, situação na qual o referido processo não



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

estará submetido a este decreto, contudo, deverá ser observado o direito a ampla defesa e contraditório da forma estabelecida Lei Federal nº 14.133/2021.

**Artigo 17** - A imposição das sanções previstas no presente decreto não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado a este Município.

**Artigo 18** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

**Artigo 19** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§1º** - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico Município de Pedreira, por 03 (três) vezes consecutivas.

**§2º** - Nos processos eletrônicos instaurados neste Município, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema 1DOC ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 20** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

**Artigo 21** - A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no §4º do artigo 158 da LLCA.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 22** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 23** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 24** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Secretário Municipal de Administração e Recursos e Humanos e/ou a Divisão de Contratos e Aditivos poderão determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

**Artigo 25** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 26** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas na Relação de Apenados, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro municipal de apenados e, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 27** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 28** – O presente decreto deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo aos instrumentos convocatórios de licitação, aos contratos e aos instrumentos equivalentes.

**Artigo 29** – Nos processos de contratações que não resultarem na elaboração de instrumento contratual, os valores constantes nas notas de empenhos ou documentos



# Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

equivalentes, serão levados em consideração para majoração das penalidades de multas constantes neste Decreto.

**Artigo 30** - Os casos omissos serão solucionados pelo Prefeito, ouvida a Secretaria de Negócios Jurídicos, quando for o caso.

**Artigo 31** – As disposições deste decreto se aplicam, no que couberem, aos entes da Administração Indireta do Município de Pedreira, que poderão adotar regulamentação complementar para a aplicação das regras com as devidas adequações atinentes às competências dos seus agentes públicos e dos setores nela existentes.

**Artigo 32** – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente o Decreto Municipal nº 4.194/2025.

Pedreira, 24 de junho de 2025.

**FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**

**Prefeito Municipal**

**MARCELO RODRIGUES TEIXEIRA**

**Secretário Municipal de Negócios Jurídicos**





**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a extensão do arquivo e observando que o Sistema COMPRAS.GOV comporta arquivo de até 30 MB, os anexos abaixo encontram-se disponíveis no site do município no link [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br)

- ANEXO VI – Planilha Orçamentária;
- ANEXO VII – Planilha de composição de preços;
- ANEXO VIII - Quadro de Composição do BDI do Município de Pedreira/SP;
- ANEXO IX – Cronograma físico – financeiro;
- ANEXO X – Cronograma Previsto PLE;
- ANEXO XI – Contrato de repasse e demais documentos;
- ANEXO XII - Modelo de Quadro de Composição do BDI a ser preenchido.